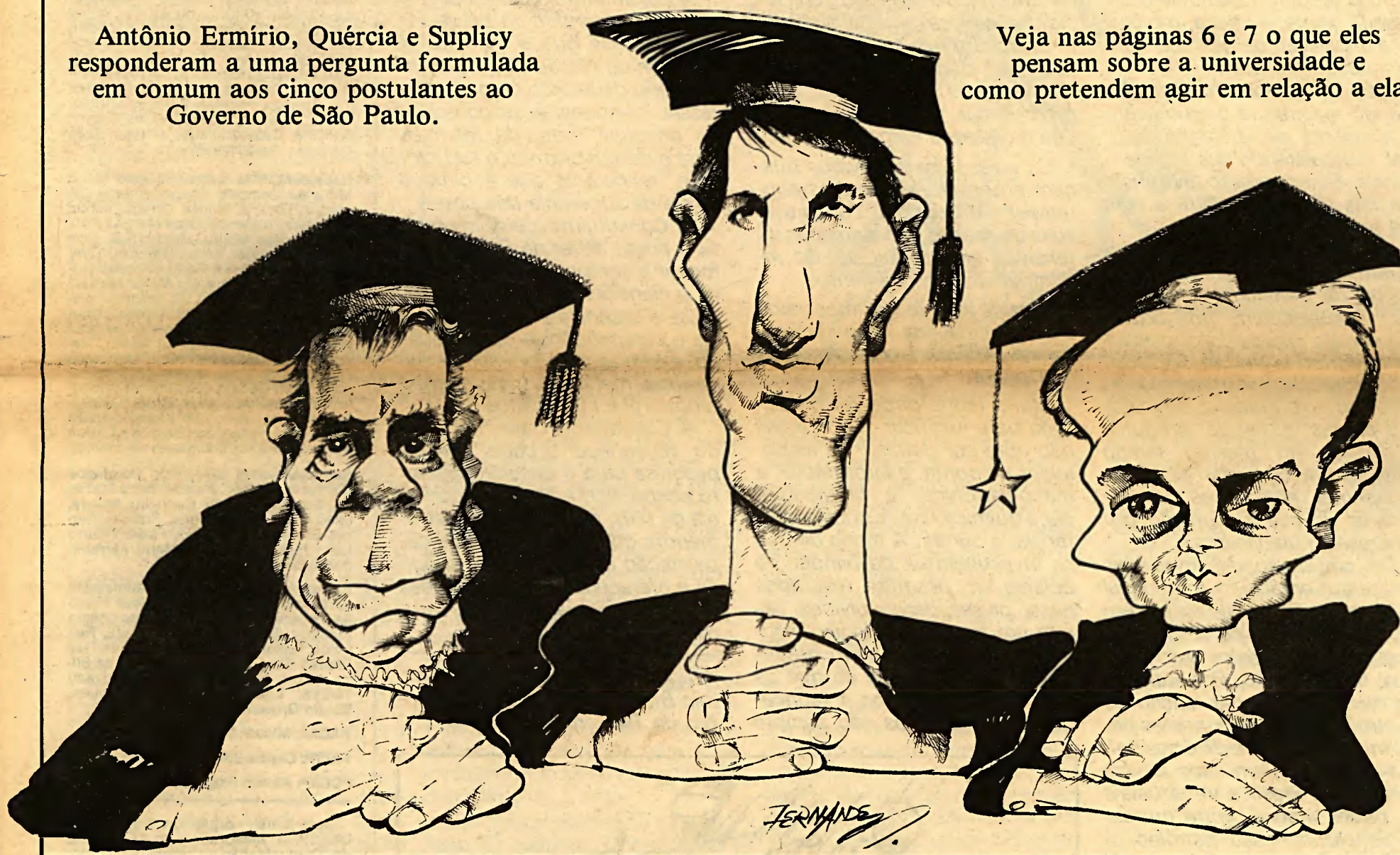




O que os candidatos ao Governo pretendem com a universidade

Antônio Ermírio, Quércia e Suplicy responderam a uma pergunta formulada em comum aos cinco postulantes ao Governo de São Paulo.

Veja nas páginas 6 e 7 o que eles pensam sobre a universidade e como pretendem agir em relação a ela.



Pós-graduação

O professor Antônio Manoel, presidente da Câmara Central de Pós-graduação e Pesquisa, encaminhou ao CEPE um documento com propostas que visam melhorar os 42 programas, entre mestrado e doutorado, da UNESP.

(p. 4 e 5)

Simpósios

Os simpósios sobre a produção científica na Universidade estão sendo ligados por pontos comuns: a validade incontestável de sua realização, a possibilidade de começar a surgir trabalhos em conjunto e a necessidade de novos encontros.

(p. 10)

CEMIP

Mais controle biológico e menos agrotóxicos nas lavouras. Fazer com que isso seja uma verdade aceita cada vez por um número maior de agricultores é o trabalho desenvolvido no CEMIP, instalado na FCAV, campus de Jaboticabal.

(p. 12)

APLO

Um dos fatores que resultaram num melhor orçamento neste ano foi a reestruturação havida na APLO. E o responsável por isso é o professor Márcio Costa, que ficou na chefia do órgão durante sete meses

(p.9)

Constituinte, Ciência e Tecnologia

CRODOVALDO PAVAN
JOÃO ALEXANDRE VEIGAS

Ao longo dos dois últimos séculos os países desenvolvidos encontraram diversas formas de transferir capital dos países subdesenvolvidos para o Hemisfério Norte. O primeiro e mais direto meio encontrado pelas nações industrializadas foi a ocupação militar, com o objetivo de assegurar o controle dos mercados e das matérias-primas dos países do sul. O sistema colonial consistia precisamente na reserva dos mercados das colônias aos produtos das metrópoles. Não é outro o sentido do famoso alvará de D. Maria, a Louca, proibindo a instalação de qualquer tipo de indústria no Brasil.

Mas os povos do Terceiro Mundo reagiram e promoveram movimentos de liberação colonial, conquistando sua independência. Esse processo teve início em fins do século XVIII e vem até os nossos dias.

Os países desenvolvidos buscaram então formas mais complexas de transferência de renda. Estabeleceram uma ordem econômica internacional dividindo o mundo entre, de um lado, produtores de manufaturados e, de outro, exportadores de matérias-primas e certos produtos agrícolas. Ao mesmo tempo procuravam controlar as matérias-primas nos países do sul, através da sua exploração por empresas multinacionais.

Os países subdesenvolvidos realizaram então um formidável esforço de industrialização e em alguns países, como o Brasil, a Argentina e o México, entre outros, tiveram êxito. Por outro lado, verificou-se uma reação ao controle das matérias-primas pelas multinacionais e diversos países nacionalizaram suas jazidas minerais. O Brasil, a Venezuela e os países árabes, entre outros, nacionalizaram seu petróleo, o Chile nacionalizou suas minas de cobre, e muitos outros países seguiram o mesmo caminho.

Os países do norte evoluíram então para formas ainda mais complexas de transferência de capital do sul para o norte. E chegamos ao fenômeno da dívida.

O dólar tomou o lugar das cascas, dos minérios e dos manufaturados.

A dívida gerou situações paralisantes, como a do Brasil, que chegou a contar em 1984 com um superávit de cerca de 12 bilhões de dólares na sua balança comercial, mas viu saírem no mesmo ano os mesmos 12 bilhões sob a forma de juros da dívida.

Mas a dívida também gerou sua realização e surgiram as propostas de moratória e de puro e simples cancelamento dos pagamentos. Diversos países, entre os quais o Brasil se situa, vêm promovendo mudanças na negociação da dívida, não aceitando mais a auditoria do FMI e endurecendo progressivamente as suas posições.

Alguns líderes dos países desenvolvidos, como o presidente da França, percebendo com lucidez a inexorável caminhada do mundo para um acordo político sobre a dívida, antecipam-se propondo o pagamento com mercadorias, além da renegociação em prazos longos.

Os países desenvolvidos buscam então reorientar suas economias buscando concentrar suas atividades nas indústrias intensivas em tecnologia: as indústrias do conhecimento.

Cinza é toda teoria, mas verde é a árvore da vida, dizia Mefistófoles a Fausto, no grande poema de Goethe.

Muita teoria pode ser mobilizada para justificar que o Brasil não opte por dominar as tecnologias de ponta, a informática, a microeletrônica, a biotecnologia, a química fina, os novos materiais, e outras. A teoria de que os investimentos de bilhões de dólares em pesquisa realizados pelos países desenvolvidos geram um fosso tecnológico insuperável pelos países em desenvolvimento. A teoria de que os produtos concebidos e fabricados por brasileiros são sempre

inferiores aos estrangeiros. A teoria da vocação agrícola do Brasil.

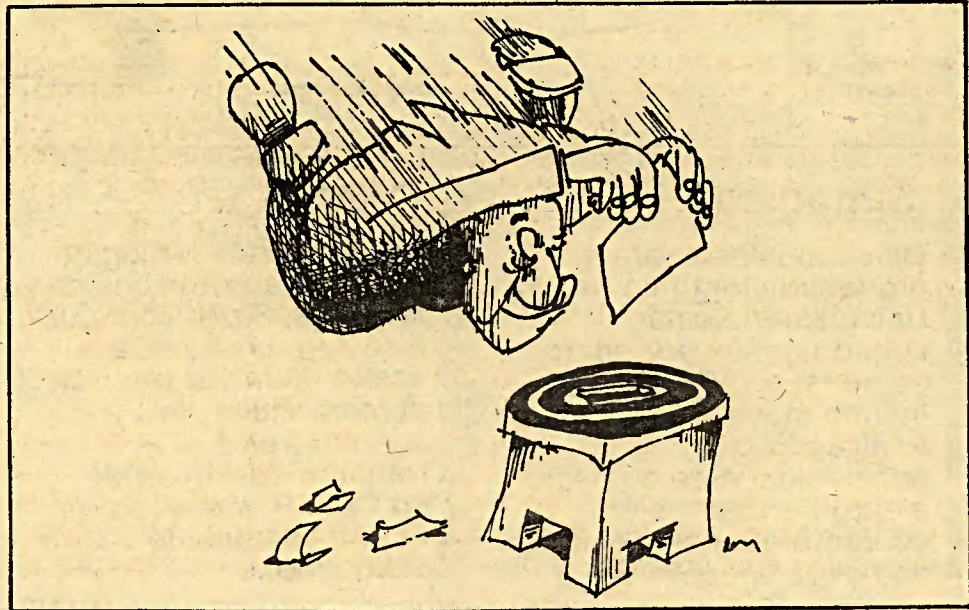
A realidade é que sempre que houve vontade política da Nação e que nossa inteligência foi chamada a encontrar respostas para os nossos problemas, o Brasil superou a escassez de recursos, a desconfiança e a subestimação de nossa própria capacidade inventiva, reconheceu sua maturidade industrial e chegou a resultados positivos. A realidade é que os países desenvolvidos confiam, em larga medida, sua prosperidade e seu futuro à ciência e tecnologia.

A Constituinte deve consagrar o princípio contido na Lei de Informática de que o mercado é um bem da Nação que deve ser ocupado de acordo com os interesses nacionais e se constituir na principal fonte de recursos para o desenvolvimento tecnológico, tecnologia que é o novo nome da soberania dos povos.

A Constituinte deve também fixar como dever do Estado promover a competência tecnológica e científica em áreas estratégicas e essenciais à sobrevivência e independência da sociedade, como as de produção de alimentos, medicamentos, energia renovável e informática.

A Constituinte deve, sobretudo, reconhecer o papel vital da pesquisa para o desenvolvimento econômico e social e soberania do país, dotando-o de instrumentos que assegurem sua capacitação científica e tecnológica e oferecendo à Nação razões de otimismo quanto ao seu futuro.

Artigo publicado no Jornal Correio Braziliense no dia 4 de outubro de 1986, na página 7.



unesp

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

Reitoria: Praça da Sé, 108 — Cep 01001 — São Paulo, SP

Campus Universitários: Aracatuba, Araraquara, Assis, Bauratuba, Franca, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Jaboticabal, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro, São José dos Campos, São José do Rio Preto e São Paulo.

Autorarquia vinculada: Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" (Faculdade de Tecnologia — FATEC — São Paulo e Sorocaba).

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

Reitor: Jorge Nagle

Vice-Reitor: Paulo Milton Barbosa Landim

Diretores das Unidades Universitárias: Roberto Holland, Lourival Lérini, Carlos Landucci, Nilo Odália, Waldemar Saffioti, Fernando Manuel de Mendonça, Ricardo Antônio de Arruda Veiga, William Saad Hossne, Waldir Gandolfi, Neivo Luiz Zorzetto, Antônio Quelce Salgado, Antônio Gilberto F. Fernandes, Fernando Mesquita Lara, Wanderley José de Melo, Alvanir de Figueiredo, Amilton Ferreira, Antônio Christofolletti, Sylvio Simões, Marcos Alegre, Antônio Espada Filho, Alfredo João Rabaçal, José Ruy Ribeiro.

Representantes docentes: José Maria Menezes Campos, Percy Sampaio Camargo, Manoel Molina Ortega, Jehud Bortolozzi e Manoel Dias Martins (titulares); Ivaldo Melito, Márcio R.G. Kachembuck, Erler Schall Amorim, Teresa Correa Cariola e Gildo Matheus (adjuntos); José Guimarães Mello, Manoel Vitor Franco Lemos, Luís Antônio Toledo, Gerson Munhoz dos Santos e Carlos Erivany Fantinati (assistentes doutores); Fernando Dagnoni Prado, Hamilton da Rosa Ferreira, Reynuncio Napoleão de Lima, Márcio Antônio Teixeira e Dêb Gebara (assistentes); Ronele Maria de Souza Pina, Alfredo Alcântara Barreto, Antonino Kimaid, Arlêta Zelante Maryssael de Campos e Carlos Augusto Moraes (auxiliares de ensino).

Representantes discentes: Domingos Carnececca Neto, Eunice Maria Maziero, Ernesto Kenshi Carvalho Maeda, João de Castilho Cação, Francis Werner Raimundo Staduto, Paulo Duarte Leite Prigenzi, Sandra Maria Ferreira, Bento Guerreiro Júnior.

Representantes técnico-administrativo: Nivaldo Edson de Mello, José Firmiano Pereira da Silva, Francisco Inácio Pinheiro, Benedito Carlos Piveta, Renaldo Teixeira de Oliveira, Alberto Ney Freitas Simas, Djalma Cordeiro da Silva, Airton Campesl, Mário Yukiyasu Teruya, Luís Gonçalves Rodrigues, Sérgio Grosso.

FAESP: Misael De Túlio

FIESP: Carlos Eduardo Uchoa

FCESP: Abram Szajman

Este jornal, órgão da Reitoria da UNESP, é elaborado pela Assessoria de Comunicação e Cultura. Endereço: Praça da Sé, 108, 4º andar — 01001 — São Paulo. Telefone (011) 32-7171 (ramais: 184 e 186), 32-7755. Coordenador: Marco Aurélio Nogueira.

Sector de Comunicação: José Roberto Ferreira (MT 17.039, editor) e Adriana Machado (MT 16.837). Sector de Cultura: Plínio Silva Telles.

Arte: Magazine Comunicação

Tiragem: 15.500 exemplares

A reprodução de artigos, reportagens ou notícias é permitida, desde que citada a fonte.

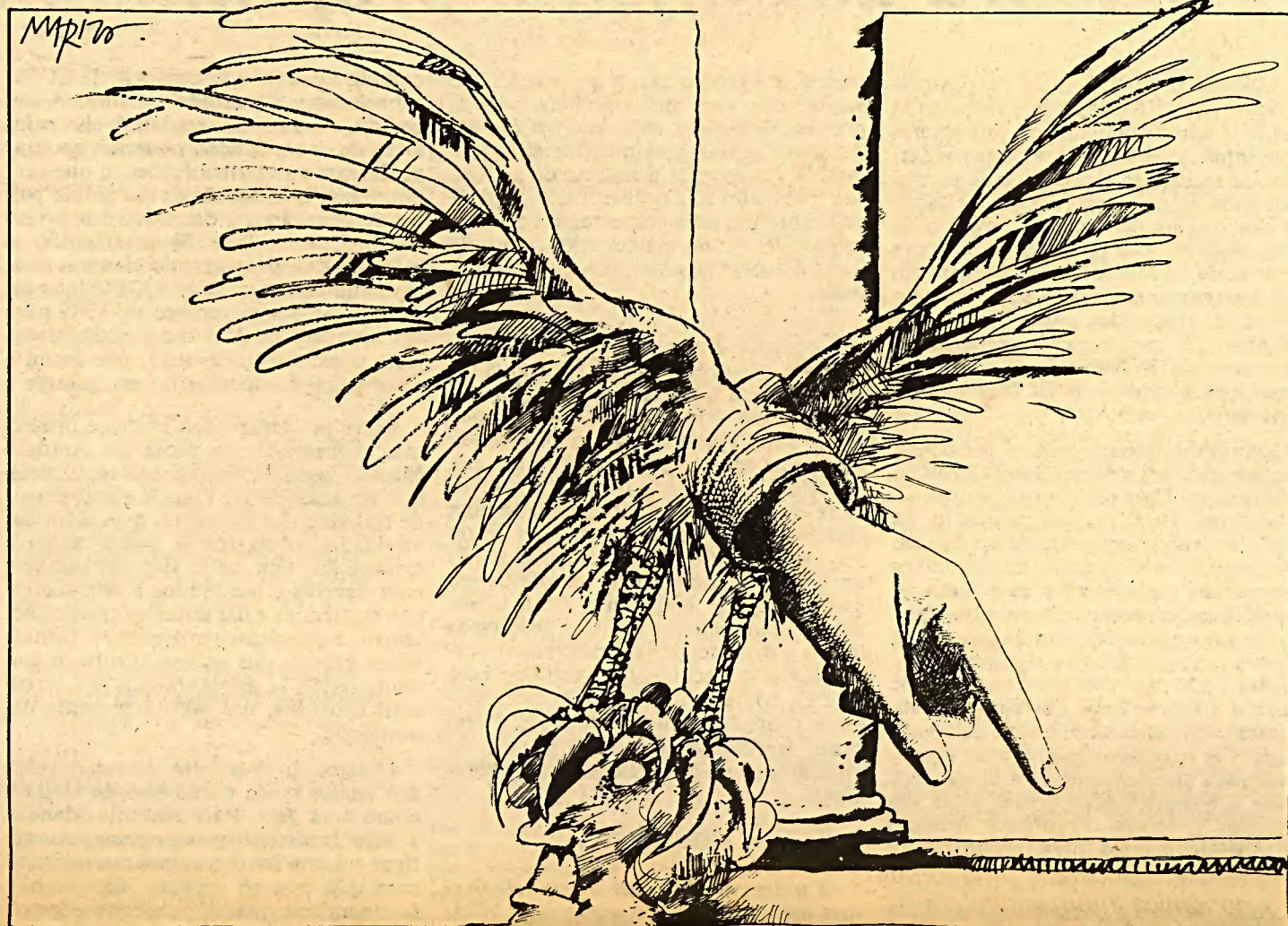
Composição e Impressão: Cia. Editora Jorúes. Rua Artur de Azevedo, 1977 (Pinheiros) — São Paulo.

A Universidade e o Governo de São Paulo

A história das relações entre a Universidade e o Governo de São Paulo tem sido, sob muitos aspectos, um retrato da história da democracia em nosso país. Poucas instituições foram tão vitimadas pelo autoritarismo dos últimos vinte anos como a Universidade. Não é certamente o caso, nesse momento, de recordar o impacto negativo que sobre ela tiveram as opções políticas e os procedimentos dos sucessivos governos autoritários e do próprio regime vigente entre 1964 e 1984, com suas práticas repressivas e inquisitoriais, hostis à cultura, à inteligência e à educação. Mais importante é lembrar que, apesar de tudo, a Universidade soube sobreviver e acabou inclusive por se converter num dos esteios da resistência ao autoritarismo, conseguindo ao mesmo tempo crescer e melhorar seu desempenho.

Tanto quanto as demais universidades paulistas, a Unesp sofreu os efeitos das arbitrariedades cometidas pelos governadores-interventores que se sucederam ao longo da segunda metade dos anos 70 e início da década de 80. Durante seus primeiros seis anos de existência — criada que foi, em 1976, sem maiores consultas à comunidade e sem a consideração de decisivos aspectos da estrutura universitária preexistente —, a Unesp conheceu dissabores derivados de gestões calamitosas das contas e coisas públicas, que lhe reduziram sobremaneira as dotações e impediram a expansão de seu patrimônio; recebeu a intervenção velada ou aberta que “indiretamente” lhe retirou professores e lhe reduziu a autonomia; sentiu a pressão ora sutil ora descarada objetivando criar um clima burocrático e antidemocrático para a tomada de decisões e a condução da vida administrativa. Foram anos tristes aqueles, em que apenas o esforço e a dedicação de professores, funcionários e estudantes mantiveram vivo o espírito acadêmico e o debate científico.

Foi apenas a partir de 1982, quando pela primeira vez após 64 um governador é eleito pelo voto popular direto, que conseguimos encontrar boas condições para expandir as potencialidades e energias reclusas em nosso interior. Com os procedimentos descentralizadores e demo-



cráticos então adotados e o saneamento das finanças públicas então ocorrido — bem como o avanço democrático que começa a se registrar no Brasil —, tornou-se mais fácil para a Unesp (também para as demais universidades estaduais paulistas) encontrar um melhor equilíbrio, sacudir a poeira acumulada e enveredar pela trilha da renovação. Como sabemos, tal renovação encontrou uma expressão inflexão no processo que culminou com a escolha, em 1984, do primeiro reitor abertamente comprometido com a valorização e a reestruturação democrática da Unesp.

Em época de eleição sempre é hora de balanço. Preferências e opções político-partidárias à parte, uma avaliação realista e despida de preconceitos apenas pode concluir que esse balanço é largamente favorável ao governo prestes a encerrar o mandato. Não que todos os dilemas da vida universitária paulista (e da Unesp em particular) tenham sido resolvidos. Longe disso. Continuam baixos os salários de docentes e funcionários, escassas as verbas, precários os equipamentos e as instalações, pro-

blemática a articulação entre as três universidades estaduais principalmente no que diz respeito ao atendimento do interior e ao melhor emprego dos recursos humanos. Mas passos importantes foram dados no sentido da superação desse quadro de carência, tanto no plano da organização interna das universidades como no da sua autonomia, tanto no que se refere à dotação orçamentária como no que se refere ao pessoal. Mesmo quanto ao estabelecimento de um sistema universitário estadual avanços puderam ser registrados com a criação do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais de São Paulo. Estamos convencidos da desnecessidade de enumerações exaustivas: os dois últimos anos da Unesp falam por si. E colocam para a nossa comunidade o desafio de impedir qualquer retorno ao passado, de prosseguir na trilha da renovação.

Por tudo isso, a comunidade universitária não pode deixar de se interessar pela sucessão estadual que se avizinha. Particularmente para as instituições públicas, como é o caso da Unesp, a escolha livre e democrática do

próximo governador do Estado de São Paulo precisa ser vivida como um importante momento do processo de democratização da gestão pública e da própria vida interna da Universidade. Sabemos que nada transcorre da melhor maneira e no melhor nível. Tudo está problematizado pela própria vida nacional, pelas dificuldades ainda presentes na economia, pelo quadro de carência social e “crise” da política em que estamos imersos. A batalha eleitoral em fase de conclusão está pondo frente à frente diversos interesses sociais e diferentes projetos de reorganização do país. Alguns deles sonham com uma volta ao passado ou com a mera acomodação dos grupos que se aliaram para derrotar o velho autoritarismo. Mas outros apontam para o aprofundamento da abertura e para a retomada das melhores tradições da luta pela democracia, pela justiça social e pela ligação com as reivindicações populares.

Para nós, cidadãos e membros da comunidade universitária, não pode ser indiferente saber quem será o próximo ocupante do Palácio dos Bandeirantes.

Câmara quer melhorar a Pós-graduação e elabora documento propondo mudanças

Estabelecer uma política de pós-graduação na UNESP, compreendendo desde o aproveitamento de professores aposentados até a abertura de novos cursos, da realização sistemática de encontros entre alunos e professores à criação de um sistema de avaliação próprio da Universidade. É a proposta da Câmara Central de Pós-Graduação, expressa em um documento elaborado a partir de sugestões e críticas dos responsáveis pelas 42 áreas de concentração (programas) existentes na UNESP e da discussão sistemática realizada pela CCPG nos últimos meses.

Com seu primeiro curso — Medicina; área de concentração em Bases Gerais da Cirurgia e Cirurgia Experimental — criado em 1974, a pós-graduação da UNESP experimentou desde então, um crescimento médio anual de 3,5 novos programas. (veja quadro na página ao lado). Essa evolução, no entanto, chegou a uma situação — a atual — que mostra a necessidade de algumas sinalizações tanto ao nível da Universidade quanto à importância das pesquisas no contexto universal da ciência e da tecnologia. “A universidade deve estar preparada para atender as demandas sociais e cabe à pós-graduação prever essas demandas”, observa o professor Antônio Manoel dos Santos Silva, presidente da CCPG. (*)

Aliás, antes de propor uma política

para a pós-graduação, a própria CCPG estabeleceu uma nova política para si própria. No caso, superando o caráter de órgão simplesmente cartorial que limitava sua prática à análise de processos, passando a conceber a pós-graduação como um setor importante e portanto passível de um melhor tratamento da parte dos órgãos superiores da Universidade.

A origem dessa mudança no tratamento à pós-graduação está na nova fase vivida pela UNESP a partir de agosto de 1984. Ou seja, no momento em que águas antes divididas passaram a correr na mesma canalização: a prática de uma reitoria que passou a tratar a Universidade como um todo, a coragem de uma câmara central de pós-graduação de rever e ampliar suas funções e a disposição do setor da comunidade envolvido no assunto em se manifestar de maneira aberta e consequente sobre os problemas do dia a dia. Incentivado pelo reitor Jorge Nagle, o documento elaborado pela CCPG, conforme faz questão de ressaltar o professor Antônio Manoel, “tem como verdadeiros autores as pessoas da UNESP que trabalham com pós-graduação”.

CONSULTAS

O processo que resultou no relatório teve início no segundo semestre de 1984,

quando assumiu a presidência da CCPG a professora Carmina Landim. A seu pedido, todos os responsáveis pelas áreas de concentração puderam apontar problemas e sugerir soluções, o que proporcionou a formação de um amplo painel da situação (ou das situações) ao nível da Universidade. Sistematizando as informações, desprezando algumas e solicitando outras, a atual CCPG (que tomou posse em novembro de 1985 para um mandato de dois anos) pôde estabelecer o seu plano de ação, que inclui a elaboração do documento em questão.

Entre as várias dificuldades e problemas enfrentados, o professor Antônio Manoel aponta três que são mais sentidos na atualidade. Um, é a sobrecarga de trabalho dos docentes, que, além das atividades obrigatórias como aulas e orientação, têm de se deparar também com deveres relacionados à administração acadêmica e dar aulas na graduação. Outro, é que muitos professores, contratados à época dos antigos Institutos Isolados, estão se aposentando; por serem mais titulados, sua saída representa um desfalque.

O terceiro, é a falta de intercâmbio dos cursos tanto no âmbito da UNESP como fora dela. Para Antônio Manoel, a falta de iniciativas dos cursos mais antigos e a timidez dos cursos novos fazem com que não só inexista intercâmbios mas também que os programas deixem

de receber recursos das agências de fomento à pesquisa. “Não se sabe da existência de recursos e muito menos onde encontrá-los”, lamenta.

Na opinião do presidente da CCPG, a UNESP já necessita de um órgão que centralize, coordene e defina parâmetros para a pós-graduação. Antes que esse órgão seja criado, a própria Câmara vem assumindo alguns novos papéis. Como a orientação dada em agosto de 1985 para que vários cursos procedessem modificações, reformulações e até reestruturação de seu programa com a finalidade de melhorar a qualidade do ensino oferecido, adequar o elenco de disciplinas às linhas e projetos de pesquisa e aumentar a produção científica de bom nível. Dos 42 programas, sete já foram reformulados e dez estão em processo de reformulação.

O documento da Câmara Central de Pós-Graduação e Pesquisa está, agora, sendo avaliado pelo CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão). Abaixo, uma síntese das propostas.

(*) Integram a CCPG os professores Antônio Manoel dos Santos Silva, do campus de São José do Rio Preto; Alvaro Oscar Campana, de Botucatu; Antônio Carlos Massabni, Araraquara; Fernando Mendes Perelra, Jaboticabal; José Ribeiro Júnior, Assis; Romeu Cardoso Guimarães, Botucatu; Wellington Dinelli, Araraquara (titulares); Augusto Brandão D'Oliveira, Guaratinguetá; Marcos Aurélio Faria de Oliveira, Rio Claro; Wilton Jôia Perelra, Araraquara, e Paulo Iamaguti, do campus de Botucatu (suplentes).

Fortalecimento e consolidação dos cursos existentes

Credenciamento: Alguns programas devem solicitar credenciamento junto ao Conselho Federal de Educação.

Doutorado: Os programas com mestrado consolidado devem iniciar estudos visando a instalação de doutorado.

Intercâmbios: (Recomendações) Os programas afins devem implementar intercâmbios bilaterais e filiar-se às associações nacionais de pós-graduação ou organizações similares. (Propostas) Os programas da mesma natureza em diferentes unidades da UNESP poderiam se integrar através do estabelecimento de um regulamento comum; da constituição de núcleos similares de disciplinas eletivas; do estabelecimento de linhas de pesquisa integradas, e da criação de projetos integrados de pesquisa. Os programas de natureza similar ou afim devem buscar a integração com a criação de núcleos de pesquisa e estudos avançados de caráter multidisciplinar; criação de projetos integrados de pesquisa multidisciplinar. (Deliberações) Realização de simpósios bienais entre docentes e alunos; reunião anual dos coordenadores dos programas de pós-graduação com a CCPG.

Avaliação: (Recomendações) Cada programa poderia realizar, no fim de cada ano letivo, sua auto-avaliação, considerando aspectos como recursos físicos, financeiros e pedagógicos, relação aluno por professor, taxas de repetência e desistência, produção científica etc. (Propostas) Criação de consultorias científicas por parte dos órgãos superiores da Universidade e estabelecimento de critérios que possibilitem o aproveitamento de professores aposentados na pós-graduação.

Institucionalização da pós-graduação

Com o termo “institucionalização”, a CCPG e as várias coordenadorias dos programas entendem o compromisso efetivo com a pós-graduação por parte da Universidade, das unidades e dos departamentos, sem o que, permanece à dependência em função da maior ou menor boa vontade desta ou daquela direção. Assim, para a Câmara há dois aspectos a serem examinados: o da infra-estrutura e da assunção pelos departamentos e pelas unidades do seu papel relativo à implantação, manutenção e fortalecimento dos programas de pós-graduação.

Infra-estrutura: (Recomendações) Os programas devem procurar fazer com que sejam incluídas no orçamento das unidades as previsões relativas às despesas de custeio e aquisição de equipamentos e material permanente. Os programas devem também se valer da CCPG nas tentativas de captação de recursos externos. (Solicitações) As unidades devem facilitar a confecção de teses e dissertações; os órgãos superiores e as unidades devem fazer grandes investimentos visando a modernização de laboratórios e bibliotecas. (Lembranças) Necessidade do funcionamento da Editora da UNESP e criação de revistas específicas para publicação de dissertações e teses de alto nível; remuneração adequada ao pessoal técnico que auxilia na pós-graduação.

Assunção pelos departamentos e unidades: A CCPG recomenda que os programas busquem ampliar o interesse na incorporação dos professores doutores nas atividades da pós-graduação. E sugere aos setores competentes que levem em consideração, ao determinarem as prioridades para contratação, as atividades de pós-graduação desenvolvidas pelos departamentos.

Abertura e implantação de novos cursos

Nos processos de implantação de novos cursos devem-se ressaltar os seguintes princípios: 1) existência de grupo emergente, no qual se identifiquem vocações especializadas e regionais, com possibilidade e potencialidade de contribuir para a independência cultural e para o desenvolvimento tecnológico, científico e educacional do país; 2) existência de grupo emergente que demonstre potencialidades reais para a formação de uma massa crítica de recursos humanos em ciência, em tecnologia e em artes, segundo os interesses da própria Universidade; 3) evitar abertura de programas por motivos puramente conjunturais, como busca de titulação dos professores da unidade, apenas demanda do mercado de trabalho regional, modismo etc.

Assim, a CCPG apresenta, entre outras, as seguintes recomendações: havendo programa da mesma natureza já implantado em outra unidade, tentar estabelecer-se na forma de intercâmbio com aquele; a área de concentração indicada deve contar com um número suficiente de especialistas (titulação acadêmica de Doutorado ou Livre-docência); o elenco de disciplinas distribuir-se de modo a serem elas oferecidas nos semestres que abrangerem um período máximo de dois anos e oferecidas em tal número que permitam várias opções aos alunos; haver infra-estrutura adequada para o desenvolvimento das atividades do programa; ter já definidos e em andamento projetos de pesquisa vinculados às linhas de pesquisa que poderão ser previstas como as principais do programa a ser implantado; preceder a criação de programas com oferecimento de cursos de aperfeiçoamento e especialização.

Política de pós-graduação na UNESP

MARIO R. MONTENEGRO

A CCPG acaba de elaborar um importante documento a respeito da Pós-graduação na nossa Universidade que me dá ensejo a fazer alguns comentários.

No passado se estabelecia uma distinção clara entre Universidade e Escolas Profissionais. A primeira tinha como preocupação principal a busca, acumulação e ordenação do conhecimento; nas segundas, o objetivo era o de formar os técnicos necessários para a manutenção do bem estar e do desenvolvimento da sociedade.

Estas duas instituições, a Escola Profissional, voltada à formação de técnicos competentes e baseada na transmissão da experiência vivida, e a Universidade, voltada à investigação e ampliação do conhecimento, cresceram paralelas. Porém, aos poucos, começou a se tornar claro que as leis e os princípios derivados da investigação tinham aplicações práticas que, frequentemente, substituíam com vantagem o conhecimento empírico. O método científico desenvolvido nas Universidades passou a ser considerado como importante, não só para a produção do conhecimento como também para sua aplicação prática. A partir deste momento, a distinção entre as duas instituições passou a desaparecer e as Universidades modernas incorporaram as Escolas Profissionais. Nestas, além de preparar técnicos competentes, também é necessário buscar, desenvolver e ordenar o conhecimento.

Enquanto isso se sucedia na Europa e nos Estados Unidos, no Brasil nada acontecia, pois aqui, praticamente, não havia ensino superior. De fato, enquanto a Harvard acaba de fazer 350 anos e várias Universidades da América Espanhola se gabam de uma tradição de mais de quatro séculos, nossas primeiras escolas superiores foram criadas por D. João VI. E os dois Pedros pouco acrescentaram ao que o rei português fez. Somente após a República é que começou a se desenvolver o ensino superior em nossa terra. A consequência foi a de que, após a II Guerra, a sociedade brasileira exigiu uma ampliação rápida de nossas escolas superiores mas não havia no país número suficiente de pessoas com formação sólida em qualquer das

áreas do conhecimento. As escolas proliferaram, porém seu corpo docente foi recrutado entre os profissionais existentes: médicos, dentistas, engenheiros, farmacêuticos, advogados e professores do secundário foram, subitamente,

transformados em docentes do ensino superior. Logo se tornou evidente que não estavam preparados para ensinar e muito menos eram capazes de criar conhecimento, de investigar.

Surgiu então a Pós-graduação.

Seu objetivo imediato era a rápida formação de pessoal docente que pudesse atender a demanda. A ênfase inicial foi na formação do professor e havia pouca preocupação com a formação do investigador. Aos poucos se cristalizou o conceito de que o mestrado deveria se preocupar mais com a formação do professor, o doutorado objetivando a formação do investigador. Rapidamente, no entanto, se percebeu que o mestrado deve também visar a formação do pesquisador ou, pelo menos, propiciar o envolvimento crítico do mestrando com o método científico.

É neste contexto que deve ser avaliado o recente documento da CCPG da UNESP, que propõe a criação de uma Pró Reitoria de Pós-graduação.

Na verdade, na nossa Universidade a Pós-graduação foi de início tratada como filha órfã; não tinha verbas próprias, não tinha infra-estrutura administrativa, não tinha espaço físico e, principalmente, não tinha e até hoje não tem professores específicos.

A Pós-graduação cresceu a custa da boa vontade de professores e funcionários que assumiram mais este encargo, sem qualquer recompensa, e, por que não dizer, às vezes arrostando a má vontade da administração.

Como aconteceu com a graduação, a improvisação caracterizou a instalação da maioria dos nossos cursos de pós-graduação. Alguns foram criados por grupos pouco preparados, sem experiência com investigação, sendo seu principal objetivo oferecer os títulos necessários à progressão na carreira. Em muitos, até hoje, o que se faz é ministrar cursos teóricos muito parecidos com os de graduação, sem qualquer ênfase com investigação original. Por outro lado, aqui, como em outras Universidades, muitos dos cursos de pós-graduação são eminentemente voltados à formação profissional, tendo estrutura de cursos de especialização; se limitam à transmissão da experiência técnica, como acontecia nas Escolas Profissionais do passado, onde o ensino era baseado, apenas, no método empírico. E, não poderia ser diferente, pois, da mesma forma que bons advogados ou dentistas não estão preparados para ser professores de Direito ou de Odontologia, bons professores de graduação não estão necessariamente preparados para ministrar pós-graduação.

A despeito de todas estas dificuldades, a pós-graduação cresceu na UNESP; cresceu à ponto de produzir o documento maduro elaborado pela CCPG onde se propõe, basicamente, a institucionalização da Pós-graduação em nossa Universidade.

A proposta de criar uma Pró Reitoria não caiu do céu; ela é consequência natural do crescimento da Pós-graduação que não pode mais ser ministrada na base de "boa vontade", sem infra-estrutura, sem verbas próprias, sem autonomia e principalmente sem uma permanente avaliação crítica.

O autor, professor emérito da UNESP, trabalha na Faculdade de Medicina, campus de Botucatu.

Perspectiva das Exatas

VAGNER JOSÉ OLIVA

É importante, no campo das ciências exatas, que sejam analisados e discutidos certos pontos básicos para a consolidação da pós-graduação na UNESP.

Sabe-se que nos últimos anos a dotação de verbas para o setor tem sido muito pequena, inferior ao necessário para o seu funcionamento adequado, de forma a haver sérios reflexos na quantidade e qualidade dos programas em desenvolvimento. Isto é facilmente demonstrado pela notória queda de infra-estrutura das unidades universitárias. Para exemplificar, cite-se a dificuldade de natureza prática, motivada por laboratórios muitas vezes inadequados e pobres de suporte técnico, baseados, na sua maioria, em problemas de custos financeiro e salarial.

Também, dentro da análise que se faz, é imperativo que não se confunda pós-graduação com reciclagem de físicos, engenheiros, químicos, matemáticos e técnicos para as indústrias. Deve-se, isto sim, desenvolver o intelecto e a criatividade do aluno-pesquisador, entendendo-se que a universidade não existe para resolver problemas específicos e imediatistas da sociedade e nem direcionar, no caso das engenharias, seus cursos às indústrias. A programação, após o curso normal de graduação, tem que ser voltada para a formação de pessoas que irão contribuir na solução de problemas afetos às suas áreas de atuação e que encontram, na linha de

trabalho que seguem, os elementos complementares à obtenção da tecnologia desejada.

À parte dos problemas acima levantados, faz-se mister que seja feita uma rápida abordagem de quatro aspectos concretos e fundamentais:

- 1) A consolidação da pós-graduação está levando a uma maior aproximação desta com as indústrias que hoje, frise-se, não desejam apenas um técnico pronto para as atividades do dia-a-dia, mas também em absorver pessoas que reúnam as condições de as auxiliarem na competitividade no mercado interno e externo, otimizando processos, buscando tecnologia de ponta, etc.
- 2) Há a necessidade de um corpo docente estável nas unidades, mais especificamente na pós-graduação, de alto nível, em condições de se responsabilizar pelo aprimoramento e fortalecimento dos cursos e pesquisas. Neste ponto, sente-se que a UNESP tem buscado atender de imediato às solicitações que lhe são feitas em termos de contratações que atendam às exigências de docentes especializados.
- 3) Deve ser incentivado o intercâmbio de pesquisadores visitantes, interna e externamente à Universidade, visando a que os membros de seu corpo docente fiquem em freqüente contato com especialistas renomados, do país e do Exterior.
- 4) A melhoria da infra-estrutura (bibliotecas, laboratórios, equipamentos, técnicos competentes, materiais de consumo e outros) é vital para que projetos de pesquisa se desenvolvam dentro de um cronograma pré-fixado, não ficando os mesmos na dependência apenas da boa vontade e motivação de pesquisadores bem preparados e ou de alunos bem orientados.

Assim, obedecidos estes quatro requisitos, bem como não havendo solução de continuidade nas diretrizes que vêm sendo imprimidas aos cursos de pós-graduação da UNESP e mantido o correlacionamento com outros cursos e centros de pesquisa, segue a Universidade Estadual Paulista numa promissora concretização de robustecimento de sua pós-graduação no ramo das Exatas.

O autor é professor da Faculdade de Engenharia, campus de Guaratinguetá, onde responde pela coordenação do Área de Projetos e Materiais.

Cursos e programas: anos de criação

ANO	CURSOS	ÁREAS DE CONCENTRAÇÃO	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	Nº de Áreas de Concentração
1974	Medicina	Bases Gerais da Cirurgia e C. Experimental														01
1975	Ciênc. Biológicas	Biologia Vegetal (MD)														03
		Zoologia (MD) (1)														
1976	Odontologia	Cirurgia e Traum. Buco-Maxilo-Facial (MD) (2)														07
	Zootecnia	Produção Animal (MD) (3)														
	Agronomia	Produção Vegetal (MD) (3)														
	Geografia	Organização do Espaço (MD) (4)														
1977	Odontologia	Dentística Restauradora (MD) (3)														
		Odontopediatria (MD) (3)														
	Letras	Linguística e Língua Portuguesa (MD)														10
	Química	Química Inorgânica (M)														11
1978	Letras	Filologia e Linguística Portuguesa (MD) (1)														
1979	Letras	Teoria Literária e Lit. Comparada (MD) (1)														
		Literaturas de Língua Portuguesa (MD) (1)														
	Ciênc. Biológicas	Antropologia (MD)														
	Letras	Teoria da Literatura (MD) (5)														17
		Literatura Brasileira (MD) (5)														
	Ciênc. Sociais	Sociologia Rural e Urbana (M)														
	Letras	Semiótica em Estudos Literários (M)														
	História	História da América Lat. Contemporânea (M)														
	Agronomia	Horticultura (M)														
	História	História da América Lat. Colonial (M)														22
1981	Agronomia	Energia na Agricultura (MD) (3)														
	Medicina Veterinária	Clínica (MD)														
	Ciênc. Biológicas	Botânica (M)														
	Medicina	F.C.M.: Metabolismo e Nutrição (MD)														28
		F.C.M.: Nefrologia (MD)														
		F.C.M.: Cardiologia (MD)														
1982	Ciênc. Biológicas	Genética Animal e Humana (MD)														30
	Ciênc. Biológicas	Genética (MD)														
1983	Ciênc. Biológicas	Anatomia (MD)														
	Engenharia Mecânica	Transmissão e Conversão de Energia (MD)														
	Agronomia	Melhoramento Genético Vegetal (M)														
	Zootecnia	Melhoramento Genético Animal (M)														
	Matemática	Fundamentos da Matemática (M)														36
		Ensino da Matemática (M)														37
1984	Engenharia Mecânica	Projatos e Materiais (MD)														
1985	Química	Química Analítica (MD)														
		Físico-Química (M)														
	Geociências	Análise Ambiental (MD)														41
		Deposito Estratiformes (MD)														42
1986	Agronomia	Proteção de Plantas (MD)														

(1) (2) (3) (4) (5): Doutorado criado, respectivamente, em 1984, 81, 83, 82 e 86. Fonte: Secretaria Geral

OS CANDIDATOS

Uma vez eleito, qual o tratamento que o senhor pretende dispensar às universidades mantidas pelo poder público estadual no que se refere às suas atividades fim: ensino, pesquisa e extensão de serviços à comunidade?

Esta pergunta foi encaminhada aos cinco candidatos ao Governo do Estado, em ofício entregue no comitê eleitoral de cada um. Apenas Paulo Salim Maluf, do PDS, e Teotônio Simões, do Partido Humanista, deixaram de responder. Isso fez com que houvesse disponibilidade de espaço e, assim, possibilitou que os textos — solicitados que fossem escritos em até 65 linhas datilografadas — dos que enviaram pudessem ser publicados na íntegra. Antônio Ermírio de Moraes, do PTB, escreveu oitenta linhas; Orestes Quércia, do PMDB, 88, e Eduardo Matarazzo Suplicy, do PT, 34.

Aqui, as respostas:

Preservar e revalorizar a autonomia da Universidade

ANTÔNIO ERMÍRIO DE MORAES

O processo de produção do conhecimento encontra seu lugar privilegiado na Universidade. No entanto, desafortunadamente, a ela não tem sido reservado o lugar que lhe caberia em nossa Sociedade.

Massacrada no período autoritário recente, especialmente nos anos que se seguiram a 1968, privada de alguns dos seus melhores nomes, a Universidade sobreviveu, de início silenciosamente, amordaçada, e posteriormente como uma força de resistência.

De qualquer modo, os efeitos desse massacre fazem-se notar até hoje, em especial na desarticulação interna com a qual a Universidade convive e que a descaracteriza, imprópria, indesejável, especialmente numa sociedade como a nossa, carente de construir um saber voltado para suas condições específicas e ao mesmo tempo universal.

Já não podem encontrar eco, também, os reclamos de certos setores da sociedade por um pragmatismo exacerbado que desprestigia as disciplinas voltadas para a reflexão e a cultura amplamente concebida. Todas as áreas do saber são importantes e indispensáveis.

E, portanto, mais que evidente a importância da Universidade em nossos dias, especialmente considerando a urgência da reconstrução do Estado e a responsabilidade da sociedade civil nesse processo.

Ora, face a esta reconstrução, a própria Universidade necessita passar por uma redefinição de seus objetivos e de sua organização, processo

este que já se encontra em desenvolvimento em São Paulo nas Universidades mantidas pelo poder estadual.

É importante ressaltar que essa redefinição só poderá se consolidar como fruto de uma genuína e inquestionável autonomia.

A postura do governador há de ser de apoio e incentivo especial às iniciativas que estejam voltadas para aquela redefinição não cabendo a ele, determinar políticas para as atividades fim. Esse assunto compete exclusivamente à Universidade.

Obviamente deve ser valorizada toda cooperação da Universidade com o governo, emitindo pareceres, apresentando propostas para os diferentes setores, firmando, sempre que necessário, convênios; isto, entretanto, não significa instrumentalizá-la, mas estar aberto à colaboração e à crítica dessa instituição onde se concentram cientistas, especialistas das diversas áreas e pensadores dos mais competentes e responsáveis de nossa sociedade.

Concretamente, apoiar a Universidade significa referendar decisões emanadas de seus órgãos superiores, legitimamente constituídos, os quais já incluem representantes da sociedade civil, bem como garantir os espaços de ação das entidades de classe e de representação estudantil, tendo sempre em vista aqueles — professores, funcionários e alunos — que se dedicam à Universidade. Sem dúvida, a garantia de verbas em volume adequado às necessidades da Universidade será objeto de especial interesse, além de medidas voltadas para aglização de busca de recursos junto às agências financiadoras federais e mesmo internacionais. No âmbito estadual, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo deverá ter reafirmado seu papel de instituição dinamizadora da pesquisa em nosso estado. Tomamos como objetivos, neste aspecto, atualizar com urgência a alíquota da FAPESP, participação esta altamente defasada no momento, bem como adotar medidas que visem agilizar as transferências desses recursos financeiros,

visando manter e aprimorar a produção científica em nosso Estado, líder no quadro nacional.

Falamos em redefinição da Universidade. Parte decisiva dessa redefinição, em nosso governo, estará voltada para a revalorização do professor universitário, enquanto profissional que vivencia as tarefas indissociáveis de ensino e pesquisa, mais que prioritárias neste momento que atravessamos. Nesse contexto, a prestação de serviços à comunidade aparecerá revigorada, cabendo aos professores de cada área determinar suas possibilidades de ação, em consonância com setores da sociedade que a demandem efetiva ou potencialmente.

Da mesma forma, as condições gerais de trabalho da Universidade merecerão atenção, o que incluirá uma política salarial mais digna para professores e funcionários, bem como atendimento emergencial das necessidades de prédios e equipamentos específicos.

No âmbito do Estado, assumimos como diretriz que caberá ao governador o papel de propiciar meios de integração entre as três Universidades mantidas pelo poder público estadual, além de incentivar a interação com as instituições de ensino superior mantidas pela União.

São Paulo abriga as principais instituições de ensino e pesquisa de nível superior de todo o Brasil. Há que se manter essa tradição, o que significa dizer que assumimos um compromisso declarado com a Universidade, como parte de um compromisso mais amplo com a sociedade.

Preservar uma postura construtiva hoje, levamos a colocar no horizonte do ano 2.000 um Novo São Paulo consolidado. Lançar suas bases na próxima gestão é tarefa coletiva, onde a presença de educadores, cientistas, homens dedicados ao saber universal, mais que indispensável, será decisiva. O mundo da Academia, pluralista em sua essência como a democracia que urge fortalecer, não poderá se omitir. Haverá, pois, de reconquistar seu espaço de ação, em uma sociedade que se reformula por completo.

Uma Universidade comprometida com o social

ORESTES QUÉRCIA



Vivemos hoje um tempo de transição. Estamos saindo de um longo período de arbítrio e mal começamos a lançar as bases de um regime democrático e representativo que nos garanta mais liberdade e mais justiça. É hora de reconstrução e de aprofundamento dos caminhos abertos pela democratização dos últimos anos.

Precisamos ter bem claro que o futuro do Brasil, como Estado e como Nação, depende da Constituição que conseguirmos escrever: precisamos de leis que nos ajudem a encontrar soluções para os problemas nacionais. Nosso futuro depende também da eleição, em 15 de novembro, de governos estaduais comprometidos com as causas populares, a democracia e a modernização das estruturas administrativas. E depende ainda, com ênfase particular, da reconstrução plena da Universidade, da existência de uma Universidade que seja capaz de ensinar a formar profissionais gabaritados, de ligar-se à comunidade que a cerca, de fazer avançar a pesquisa científica e de recuperar o saber popular desenvolvendo a cultura nacional.

Creio mesmo que está na junção desses três elementos — Constituição, Governo Estadual e Universidade — a base a partir da qual pretendo, se eleito governador de São Paulo, proceder em relação à vida universitária paulista. Tanto quanto de um código legal moderno e respeitado por todos, a Universidade precisa também de governos democráticos. Particularmente as instituições públicas, de que o nosso Estado é tão rico. Estão aqui a USP, a Unicamp e a Unesp, cobrindo diversas regiões e atingindo múltiplas camadas sociais. Em nenhuma outra unidade da federação existem tantas instituições mantidas

pelo erário estadual; em nenhuma outra é tão expressiva a produção científica e tão significativo o número de professores, estudantes e funcionários vinculados ao Estado; em nenhuma outra o governo estadual investe tanto em educação superior. Estou convencido de que a situação das universidades estaduais paulistas vem melhorando nos últimos anos. Sei bem que continuam faltando verbas, que os salários deixam a desejar, que muita coisa precisa ser feita em termos de carreira universitária, de bibliotecas e equipamentos. Mas sei também que o Governo Montoro alterou bastante a situação, promoveu reformas importantes, ajudou nossas universidades estaduais a reencontrarem seu próprio caminho e a se democratizarem. Digo isso sobretudo para reafirmar minha convicção de que uma universidade pública progride quando são democráticos tanto o poder externo que a mantém e supervisiona quanto o poder interno que a dirige e administra. Sem isso, creio que fica difícil ser viabilizada a sua organização democrática e efetivamente cumprida sua função social.

Estou por isso convencido de que devemos continuar o trabalho iniciado, avançando na democratização do governo e na democratização da Universidade. Não tenho nenhuma pretensão, caso seja escolhido governador de São Paulo, de ditar e determinar os caminhos da universidade paulista. Nossa comunidade é suficientemente rica em talentos, competência e dedicação para tratar com plena autonomia dos seus próprios destinos. Há muito tempo venho lutando pela descentralização e desconcentração do poder, defendendo o resgate do poder local e postulando para as prefeituras e para as câmaras municipais maiores responsabilidades legais perante suas cidades e, conseqüentemente, maiores recursos financeiros. Tenho dito sempre que quem entende de município é o prefeito e a Câmara Municipal. Governarei São Paulo consciente de que quem entende de universidade são os professores, os dirigentes escolhidos democraticamente, os alunos e os funcionários da própria universidade.

Mas a universidade deve também ter uma envigadura ampla, vincular-se aos grandes temas de São Paulo e do país. Quero uma universidade engajada no processo de erradicação da

miséria e da pobreza. Vejo a universidade como a vanguarda de um Brasil novo, mais livre e mais justo, capaz de oferecer oportunidades concretas de ascensão e progresso para quem trabalhar por isso. A universidade pode e deve contribuir para a construção de um Estado democrático, comprometido com o bem-estar de todos os brasileiros e não atado a grupos e empresas como vimos na ditadura. A universidade pode e deve contribuir para que definamos um novo desenvolvimento, mais equilibrado estruturalmente e inspirado na idéia-força da justiça social.

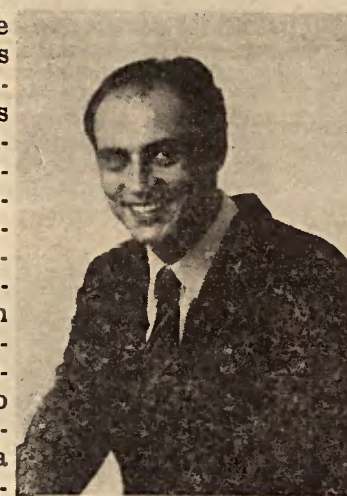
Quero, em suma, uma universidade presente e atuante na sociedade brasileira, irmanada com as esperanças populares e balizando os avanços da indústria, da agricultura e do comércio. No caso concreto de São Paulo, temos ótimas condições para caminhar nesta direção. Podemos e devemos consolidar o ensino superior público em todo o Estado, expandindo-o pelo interior (caso em que a Unesp deverá servir de decisiva base de apoio e elaboração de políticas); devemos pensar também em melhorar a ligação da universidade com os demais níveis da escola, no sentido de tentar alcançar um sistema de ensino mais integrado e coeso; fazer com que as nossas três universidades estaduais troquem mais experiências e participem efetivamente da ação do Governo.

Creio serem estas as idéias básicas a partir da qual pretendo, eleito governador, pautar minhas relações com a universidade paulista. Sei bem que os problemas são maiores que os recursos de que dispomos e que o realismo é um imperativo para o bom governante. Mas quero trabalhar em equipe, apoiado em meu partido, o PMDB, e nos setores diretamente envolvidos com os múltiplos problemas. Parece-me que o importante, nesse momento, é definir diretrizes e compromissos políticos, programáticos. Não podemos nos dar ao luxo de falar bonito e prometer mundos e fundos. A hora é muito mais de ação e da busca de resultados.

Universidade, neste tempo de transição, deve ser sinônimo de compromissos sociais e serviço ao povo brasileiro. E a minha esperança é de que ela e o Estado poderão, se se unirem e se dedicarem, dar um grande impulso para o amadurecimento de uma grande Nação.

Voltar a Universidade para o interesse da maioria

EDUARDO SUPLICY



Nas Universidades se dá a formação dos profissionais que detêm o nível mais avançado de conhecimento sobre os processos humanos e naturais. É nela também que estes conhecimentos se acumulam e se desenvolvem de modo mais avançado. No entanto, assim como a renda do país, apenas uma pequenínima parcela da população desfruta destes conhecimentos. Mas, se tem sido assim, não quer dizer que sempre será, e nem que as pessoas estejam satisfeitas e passivas peran-

te esta situação. Há setores da Universidade que pressionam no sentido de que seu trabalho se volte para os interesses da maioria da população. Isto significa, por um lado exigir do governo mais investimentos no setor, e por outro o estímulo e as condições para o desenvolvimento de projetos voltados àqueles interesses.

A partir de um diagnóstico da situação educacional no Estado, feito pelo Grupo de Trabalho de Educação do nosso partido, um conjunto de propostas foi elaborado, que apresentamos a seguir.

A. Aumento da participação do ensino público na educação superior: criação de uma nova universidade estadual; aumento das vagas nas atuais através de vários mecanismos; conquista de uma universidade federal de grande porte para o nosso Estado; redução da evasão escolar, melhorando as condições de alimentação e moradia dos estudantes, concedendo bolsas de estudo e incentivando os professores a maior dedicação ao ensino.

B. Democratização do acesso ao ensino superior: pré-seleção de estudantes em número maior que o de vagas para um ano de curso básico seguido de uma seleção definitiva; consideração na pré-seleção do desempenho escolar durante o segundo grau.

C. Melhoria da interação Universidade-Sociedade: abrindo espaços junto aos meios de comunicação de massa e promoção cultural, para a Universidade; incentivando maior interação entre as Secretarias de Governo, Estaduais, Institutos de Pesquisas, Fundações e as Universidades.

Para que estas medidas sejam efetivadas, muitas outras decisões devem ser tomadas, entre as quais a revalorização salarial dos professores de todos os graus, o redirecionamento de recursos públicos para áreas de interesse social e uma democratização dos mecanismos de poder na Universidade, são alguns exemplos.

FO-CAR realizará sua I Jornada Acadêmica

A Faculdade de Odontologia, campus de Araraquara, irá realizar nos dias 11 e 12 de novembro a sua I Jornada Acadêmica.

Organizada pela disciplina de Periodontia, a Jornada tem por objetivo a apresentação de trabalhos de pesquisa, casos clínicos e temas livres por alunos de graduação, pós-graduação e especialização, com o interesse de despertar entre os acadêmicos a necessidade de atualização, através da pesquisa, da documentação clínica e da comunicação interdisciplinar. A comissão responsável pelo evento tem como presidentes docente e acadêmico, o professor Elcio Marcantonio Junior e Fábio Cesar Braga de A. e Lima, respectivamente.

Mito de Orfeu é tema de Simpósio no ILCSE

"Orfeu — A viagem ao mundo dos mortos" é o tema do II Simpósio sobre o mito, a ser realizado de 3 a 6 deste mês no ILCSE — campus de Araraquara.

Com uma promoção conjunta dos Centros de Estudos Indígenas e Estudos Clássicos do ILCSE, o simpósio tem em seu programa dez palestras que serão proferidas por docentes da unidade e uma por um professor da USP. Haverá também a exibição do filme "Orfée dans les enfers" de Cocteau e uma audição musical.

Psicologia de Assis: XIII Encontro Anual

Realiza-se de 3 a 8 deste mês o XIII Encontro Anual de Psicologia de Assis, sob o tema "Psicologia: mito e desejo", promovido pelos departamentos de Psicologia Clínica e Psicologia Geral do ILHP. O objetivo do evento é promover discussões sobre questões atuais da área, o que será feito através de palestras, mesas-redondas e apresentação de trabalhos científicos de alunos e pesquisadores.

Marília: novo curso de especialização

O Departamento de Psicologia da Educação da FEFCS — campus de Marília, irá realizar do dia 6 de março do próximo ano a 11 de junho de 1988, um curso de especialização (pós-graduação lato-sensu) sobre o tema "Desenvolvimento e aprendizagem na situação escolar".

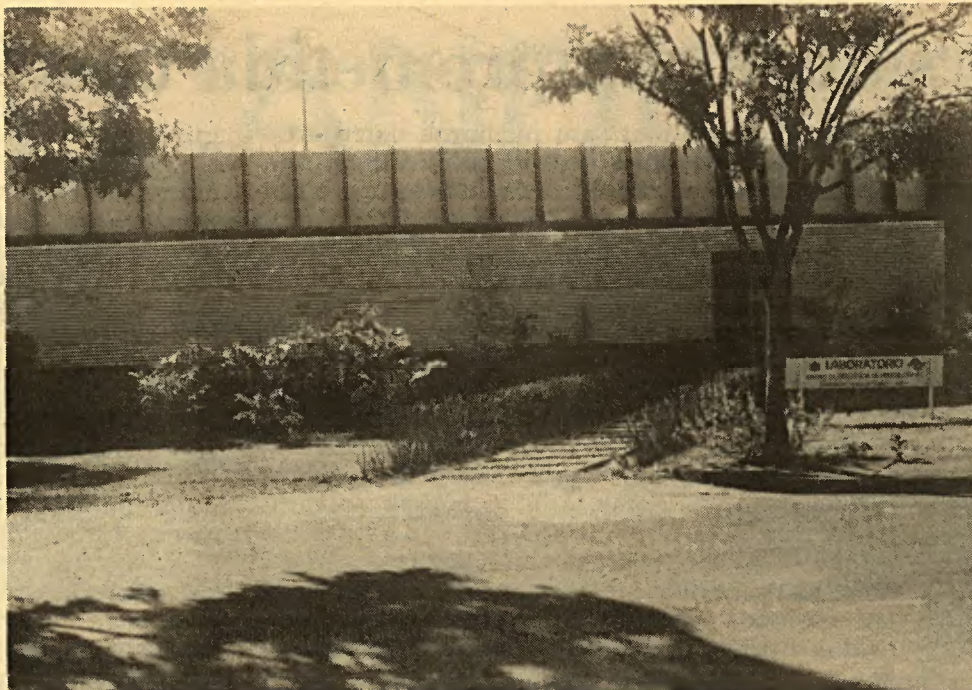
O curso terá duração de 360 horas, todas as sextas-feiras, das 19,30 às 22,45 horas, e aos sábados, das 8 às 12 horas, no prédio de atividades didáticas da FEFCS. As inscrições deverão ser feitas até o dia 5 deste mês.

BIBLIOTECA

Também na FEFCS, neste dia 3, o Departamento de Biblioteconomia e Documentação promove uma palestra da professora Maria Christina de Almeida Nogueira, da Fundação Educacional São Carlos, sobre biblioteca escolar, destinada a alunos, professores e profissionais da área.

Seminário: Educação Musical

O Instituto de Artes de Planalto (IAP) e o Instituto Nacional de Música realizam de 3 a 7 deste mês o Seminário de Educação Musical, destinado a profissionais, professores, alunos e instrutores de fanfarras. O evento é coordenado pelos professores Raimundo Martins, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Valéria Ribeiro Peixoto, da FUNARTE.



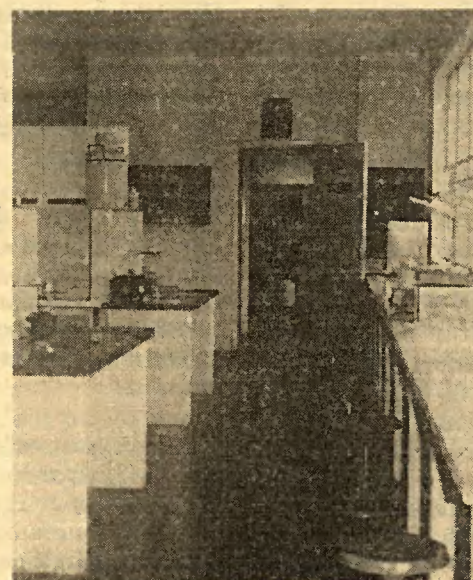
O Centro foi eleito para coordenar o grupo brasileiro de hemoglobinopatias...

IBILCE coordena Grupo de Hemoglobinopatias

O laboratório de hemoglobinas do Departamento de Biologia do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE) — campus de São José do Rio Preto, pode considerar-se um setor universitário bem sucedido.

Além de ser o Centro de Referência de Hemoglobinas credenciado pelas Sociedades Brasileiras de Patologia Clínica, Hematologia e Hemoterapia, Associação Brasileira de Talassêmicos e pelo CNPq, foi decidido recentemente por essas instituições que o Centro irá coordenar o grupo brasileiro de hemoglobinopatias. Esse grupo é formado por 150 profissionais e tem por objetivo a propagação dos conhecimentos científicos e tecnológicos das anemias hereditárias por hemoglobinopatias.

Desde sua criação, em 1975, o Centro de Referência tem estado sob a responsabilidade do professor Paulo Cesar Naoum, que também é o atual coordenador do grupo brasileiro de hemoglobinopatias. No início, o professor Paulo Cesar construiu um prédio em terreno cedido pela direção do IBILCE, com recursos próprios e de empresários locais; depois de ser doado em 85 à UNESP, as



... Em suas instalações, laboratórios bem equipados

instalações do Centro são compostas por laboratórios, sala de atendimento, biblioteca, secretaria e etc.

O laboratório de hemoglobinas, além dos trabalhos de pesquisas científicas exerce também intensa atividade assistencial e comunitária.

Já tiveram seu sangue analisado pelo Centro de Referência de Hemoglobinas, cerca de 19 mil pessoas, principalmente estudantes de Rio Preto. Houve também a solicitação de médicos, patologistas e hematologistas, geneticistas e biomédicos de 65 cidades de vários estados do país para que o Centro examinasse 3 mil amostras de sangue, inclusive uma da Bolívia, para identificação ou caracterização de hemoglobinopatias de difíceis diagnósticos. Paralelamente, para a montagem de uma infra-estrutura para melhor atender à comunidade, foram feitas pesquisas populacionais: 60 mil amostras de sangue provenientes de 40 cidades, o que permitiu o conhecimento da distribuição e frequência dos diferentes tipos de anemias hereditárias causadas pelas hemoglobinopatias.

Com isso, o laboratório de hemoglobinas do IBILCE tem condições de realizar uma função de suporte médico e biológico e de aconselhamento genético aos portadores de hemoglobinopatias. Atuando também junto com a Faculdade Regional de Medicina de Rio Preto (FARME), onde foi criado um ambulatório no seu hospital de base, o laboratório pode atender as pessoas que apresentarem qualquer problema no sangue.

As atividades de ensino têm sido caracterizadas por cursos de extensão universitária (por onde já passaram 200 profissionais, inclusive do Exterior) que têm o objetivo de divulgar novos métodos de análises, promover a uniformidade interpretativa das alterações das hemoglobinas e divulgar atualizações técnicas e conceituais.

Fora a população, quem também sai ganhando com o laboratório de hemoglobinas são os alunos-estagiários do curso de graduação e pós em Ciências Biológicas que, com os programas de assistência à comunidade, podem aprimorar seus conhecimentos.

Aconteceu nas unidades

• Nos meses de setembro, outubro e novembro, o Departamento de Psicologia da Educação do ILCSE — campus de Araraquara, promoveu vários ciclos de conferências, que contaram com a participação de especialistas da área. Nos dias 18 e 23 de setembro, 13 e 22 de outubro, os temas estiveram voltados para a psicopedagogia. Dias 22 de setembro, 1 e 20 de outubro, a programação foi sobre "Criança negligenciada e maltratada"; e de 3 a 6 de novembro, as conferências têm como tema a "Orientação Educacional".

• De 6 a 11 de outubro, o Diretório Acadêmico do Instituto de Química — campus de Araraquara, realizou a XVI Semana da Química "Prof. Dr. Celso Augusto Fessel Gruner" como parte das comemorações do Jubileu de Prata do Instituto. No evento foram promovidos cursos, palestras e debates, incluindo um curso de Química Básica para secundaristas, ministrado pelos alunos do IQ.

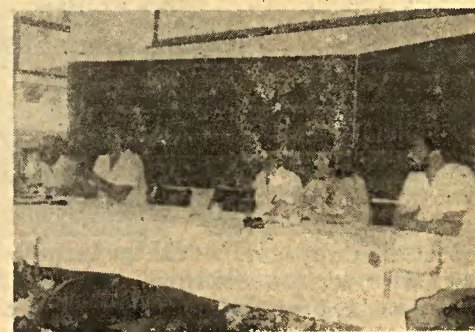
• De 27 a 29 de outubro, o Departamento de Sociologia e Antropologia da FEFCS — Campus de Marília, promoveu a I Jornada de Antropologia, onde se discutiu, em mesas-redondas e conferências, várias questões da área, com a participação de docentes de outras universidades.

• O lançamento da campanha do reimplante dental, durante o curso de "Emergências no consultório Odontológico", promovida pelo Departamento de Diagnóstico e Cirurgia da Faculdade de Odontologia — campus de Araçatuba. Com o slogan "Em caso de acidente salve seu dente!", a campanha está sendo divulgada por docentes da FOA nas escolas, hospitais, postos de saúde, bancos e farmácias.

• De 20 a 24 de outubro, o Instituto Básico de Biologia Médica e Agrícola — campus de Botucatu, realizou um curso sobre animais peçonhentos, promovido pela Associação Paulista de Biologia e Instituto Butantã, sob a coordenação da professora Dertia V. Freire-Maia.

• De 13 a 16 de outubro, também no IBBMA, o Departamento de Genética realizou a V Reunião de atualização em Técnicas de Citogenética Humana e Animal. Essas reuniões científicas já se tornaram tradicionais no meio dos citogeneticistas. Seu principal objetivo é o intercâmbio de experiências visando a solução de dificuldades na implantação e adaptação de inovações técnicas.

• Dias 3, 4 e 9 de outubro, o Departamento de Matemática e o Centro de Estudos de Estatística do IPEA — campus de Presidente Prudente, realizaram o "Ciclo de palestras sobre a atuação do estatístico" (foto) com o objetivo de divulgar a profissão e o curso de estatística daquele Instituto. No programa, uma mesa redonda sobre "campo e mercado de trabalho do estatístico" e quatro palestras sobre "aplicações da estatística em áreas específicas". A comissão organizadora foi formada pelos professores Elenice Biazzi, Helena Otani Sakamoto, Terezinha Aparecida Guedes e Vilma Tachibana e pelo aluno Mário Tarumoto.



Teses e dissertações

- Carlos Roberto Daleck (FMVZ — Botucatu), "Esôfagoplastia cervical no cão com peritônio autólogo ou homólogo conservado em glicerina — estudo experimental", doutorado, dia 2 de outubro, na FMVZ.
- Armen Thomassian (FMVZ — Botucatu), "Enxerto homólogo de tendão do músculo gastrocnêmio preservado sob congelamento: estudo experimental em cães", doutorado, dia 3 de outubro, na FMVZ.
- Flavio Quaresma Moutinho (FMVZ — Botucatu), "Estudo comparativo da utilização do flunitrazepam e do midazolam na contenção medicamentosa de cães: avaliação clínica e laboratorial", doutorado, dia 10 de outubro, na FMVZ.
- José Joaquim Tilton Ranzani (FMVZ — Botucatu), "Substituição de segmento da porção muscular diaphragmática de cão por pericárdio de equino conservado em glicerina: estudo experimental", doutorado, dia 5 de setembro, na FMVZ.
- José Antonio Marques (FMVZ — Botucatu), "Estudo das alterações cardiopulmonares e hematológicas em equinos prémedicados com flunitrazepam e levomepromazina e anestesiados pela cetamina", doutorado, dia 4 de setembro, na FMVZ.
- Sebastião Barros Araújo (IQ — Araraquara), "Reações de substituição do ion trans — [Ru (NH₃)₄ (OH)₂ P (OC₂H₅)₃]²⁺ com alguns ligantes ambientados", mestrado, dia 13 de outubro, no IQ.

CNPq aprova mais bolsas de pesquisa

O CNPq, através da Superintendência de Desenvolvimento Científico (SDC), analisou e julgou 145 pedidos de bolsas de pesquisa encaminhados por docentes da UNESP.

Os docentes da área de Ciências Exatas e da Natureza encaminharam 31 pedidos, cinco deles julgados favoráveis, 25 desfavoráveis e um como extra-cota. Dos 27 da área de Ciências da Saúde, dezesseis receberam parecer favorável e onze desfavorável. Quanto aos projetos de Ciências Humanas e Sociais, sete foram considerados favoráveis, nove desfavoráveis e um extra-cota.

Os pesquisadores de Ciências Agrárias foram os que mais encaminharam projetos: setenta; 31 julgados favoráveis, três favoráveis condicionais, 26 desfavoráveis e dez como extra-cota.

Os projetos julgados como extra-cota deverão ser novamente avaliados no próximo julgamento (provavelmente neste mês), pois, considerando o grande número de pedidos que receberam este parecer, a SDC decidiu submetê-los a um novo exame.

Docentes da FCAV são avaliados por alunos

Com uma perspectiva para que ocorra a melhoria no ensino, a Congregação da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV) — campus de Jaboticabal, implantou um sistema de avaliação do desempenho docente por alunos.

O instrumento utilizado foi um questionário de 40 questões, direcionadas ao desempenho do professor, às disciplinas, autoavaliação dos alunos, uma avaliação do próprio questionário, além de um espaço para críticas e sugestões.

Pode-se concluir com os resultados que o corpo docente da FCAV é bom; cerca de 50% dos professores conseguiram mais de 80% do total possível de pontos. Houve casos em que 100% dos professores de um Departamento conseguiram mais de 80% dos pontos possíveis.

Unespianos no pleito de 15 de novembro

Além dos candidatos anunciados na edição anterior do "JU" também estão concorren-

Reestruturação da APLO melhora diálogo entre Unesp e Governo

A suplementação de Cz\$ 60,2 milhões, autorizada pelo Governo do Estado à UNESP, se deveu basicamente a um melhor diálogo da Reitoria, através da Assessoria de Planejamento e Orçamento (APLO), com a Secretaria do Planejamento. E esse melhor diálogo só foi possível porque a APLO se reestruturou e passou a cumprir plenamente as suas funções.

A redefinição dos papéis começou com a chegada do professor Antônio Márcio Fernandes Costa (foto), doutor em Economia no ILCSE — Araraquara, à chefia da APLO, em setembro de 1985, a convite do reitor Jorge Nagle. Antes, Márcio Costa era o diretor do Escritório Regional do Planejamento da Região de Governo de Araraquara, escolhido pelo então secretário José Serra, e atualmente, nomeado pelo Governador Franco Montoro, é chefe da Assessoria do Gabinete do secretário Clovis de Barros Carvalho e dirigente da Assessoria de Projetos Especiais da Secretaria do Planejamento.

O professor Márcio Costa ficou na APLO de setembro de 1985 à março deste ano, tempo em que deu um novo formato ao setor. Quando ele chegou, a Assessoria era ocupada por duas pessoas: o chefe e um assistente, além de uma secretária. Hoje, são nove servidores, a maioria empenhada na função de planejar, "ao contrário do que ocorria antes, quando a APLO só cuidava da distribuição do orçamento e sem muitos critérios definidos", explica o João Pedro Pagoto, assessor chefe interino do setor.

FRAGILIDADE

Se até anos atrás a quantidade de recursos repassados pelo Governo à universidade dependia do cacife do reitor junto ao governador, a partir de 1984 essa relação mudou. De um lado, porque o atual Governo conseguiu sanear suas finanças e pôde atender melhor ao planejamento das universidades; de outro, e em consequência, a universidade também precisava de um planejamento que mostrasse suas necessidades.

Essa mudança, de essência política, foi plenamente vivida na UNESP. Ao assumir a chefia da APLO, o professor Márcio Costa se deparou com um pro-



blema imediato — justificar ao Governo a necessidade de uma suplementação de verbas — e um mediato — estabelecer critérios para elaboração da proposta de orçamento para 1986. "O problema inicial era até mesmo imediatista, posto que a Universidade precisava de mais dinheiro para terminar o ano, mas a falta de um planejamento interno tornava frágil o nosso pedido", lembra Márcio Costa. E para resolver o problema foi feito um levantamento do desempenho das unidades comparado com o ano anterior e a APLO assumiu junto à Secretaria do Planejamento o compromisso de elaborar os planos para o futuro.

"A UNESP não sabia os custos das suas atividades de ensino e pesquisa, portanto os procedimentos eram pouco técnicos; não havia planejamento", explica. O trabalho de última hora — duas semanas para provar a necessidade de recursos — no entanto, deu resultado pois o montante de verbas recebidas em 1985 foi superior ao do ano anterior.

CONTRAPROVA

Para 1986 o orçamento pôde ser melhor elaborado, uma vez que a APLO passou a auferir os indicadores que a Universidade precisava. A exemplo do trabalho da Comissão de Obras, que possibilitou a definição das prioridades

da UNESP e forneceu argumentos sólidos à Secretaria do Planejamento. Resultado: o Governo entendeu a necessidade de obras novas e reformas e atendeu ao pedido de verbas para o setor. Ou seja, como observa Márcio Costa, "o relacionamento da Reitoria com a Secretaria do Planejamento se tornou mais substancial".

— Por um lado, o trabalho da Universidade ficou muito mais explicitado; por outro, a Secretaria do Planejamento, interessada em melhorar as condições de investimentos e custeio das universidades, pôde liberar recursos na medida das disponibilidades.

Para ele, "a contraprova disso é que a UNESP não só teve um orçamento razoável em 86 mas, principalmente, foi beneficiada com uma suplementação para alcançar as metas prioritárias".

Na medida em que a proposta para 1987 está ainda mais consistente, Márcio Costa adianta que o orçamento será maior do que o deste ano. Ele chama a atenção, no entanto, para o fato de que a Universidade precisa continuar o trabalho de organização para gerir bem seus recursos, "o que não se resume na vontade do reitor".

— O planejamento da Universidade tem seu ponto básico no planejamento que passa a ser feito nas unidades. A reitoria pode apenas compactar o que vem das unidades. Por isso é vital que se envolvam nesse processo, pois é nelas que se dá o ensino, a pesquisa e a extensão. Ou seja, o planejamento a partir das unidades é uma etapa vital que deve estar na pauta dos diretores e dos departamentos durante o ano todo e não apenas na hora da congregação fechar a proposta.

REITOR ELOGIA

Ouvido, o reitor Jorge Nagle afirmou que "a presença do professor Márcio Costa na direção da APLO, embora curta, foi suficiente para colocar em ordem a casa, para dar respeitabilidade ao órgão, quer interna quer externamente". Assim, segundo o Reitor, "o avanço orçamentário que vem ocorrendo na UNESP, dependeu, em grande parte, do trabalho inteligente, sério e bem conduzido do professor Márcio durante sua passagem pela nossa Assessoria de Planejamento e Orçamento".

do às eleições de 15 de novembro, os seguintes unespianos: os professores José Dantas (PT), do Departamento de História, Clóvis de Carvalho Júnior (PCB) e Marival Jordão (PDT), ambos do Departamento de Direito, e os alunos Carlos José (PC do B), do curso de História, e Gilmar Dominici (PT), do curso de Serviço Social todos do campus de Franca, concorrendo à Assembleia Legislativa. E o Diretor do Instituto de Química — campus de Araraquara professor Waldemar Saffioti (PDT), para deputado federal.

Docentes têm uma invenção reconhecida

Os professores Augusto Ferreira da Eira e Newton Luiz de Souza da Faculdade de Ciências Agrônômicas — campus de Botucatu, inventaram um aparelho baseado no princípio de Arquimedes. Ou seja, um aparelho pa-

ra medição volumétrica de partes de vegetais e objetos irregulares de qualquer natureza.

E tiveram sua invenção reconhecida: o XIV Concurso Nacional do Invento Brasileiro — Prêmio Governador do Estado 1986 — atribuiu uma menção honrosa aos professores. Este concurso é uma realização anual da Secretaria da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo.

A divulgação do resultado foi dada no dia 23 de outubro e a solenidade de entrega dos prêmios e menções honrosas deverá ser realizada no Palácio dos Bandeirantes na segunda quinzena deste mês.

Educação Física-IB realiza campeonato

A UNESP, através do Departamento de Educação Física do Instituto de Biociências (IB) — campus de Rio Claro, a Confederação Brasileira de Ginástica e a Prefeitura lo-

cal promovendo nessa cidade o Campeonato Brasileiro de Seleções de Ginástica Rítmica Desportiva.

Na abertura, dia 31 de outubro, no Ginásio Municipal, houve desfile das delegações (Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Amazonas e Pará) num total de 50 ginastas, e apresentações de ginástica de grupos dos alunos do IB, de academias, escolas de Rio Claro e região. No dia 1 deste mês, o programa prevê as provas classificatórias (conjuntos de seis ginastas e individuais) e no dia 2, às 14:30 horas, as provas finais do campeonato.

Segundo o professor Fernando Brochado do Departamento de Educação Física do IB, presidente da Confederação, "este evento servirá como primeira verificação de nossas ginastas com vista à composição da seleção brasileira nos próximos jogos panamericanos".

Docentes em atividade

• A professora Vera Helena Pessoa de Souza, do Departamento de Educação do IAP, apresentou no Encontro Nacional de Etologia, realizado na USP de 2 a 4 de outubro, um trabalho de pesquisa sobre "A movimentação corporal da criança: uma proposta". E, de 16 a 18 de outubro, participou do VI Encontro Internacional de Expertos en Educación por el Arte, em Buenos Aires — Argentina, onde apresentou um "Relato de um trabalho psicológico com futuros arte-educadores".

• O professor Orlando Necchi Júnior, do Departamento de Botânica do IBILCE — campus de S.J. do Rio Preto, durante o período de julho a setembro, recebeu como pesquisador visitante o Dr. Shigeru Kumano, da Universidade de Kobe, Japão, para realizar estudos em colaboração ao projeto de pesquisa "Estudos sobre as Rhodophyta de águas continentais do Brasil".

FESUNESP discute a nova constituição



"FESUNESP na Constituinte" é o ciclo de debates que vem sendo promovido pela Federação das Entidades de Servidores Técnico-Administrativos da UNESP, com apoio da Comissão de Atividades Culturais e da Assessoria de Comunicação e Cultura. No dia 24 de outubro foi realizado um debate na Reitoria com a participação dos candidatos a deputado: Miguel Tebar (estadual-PMDB), Miguel Reale Jr. (federal-PMDB), Acácio Paulino (federal-PSB) e José Rocha (federal-PDT).

Hospital de Botucatu inaugura 53 leitos

O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina — campus de Botucatu, já dispõe de 53 novos leitos, inaugurados no dia 24 de outubro em solenidade que contou com a presença do governador Franco Montoro e do reitor Jorge Nagle.

Até então havia 250 leitos; os novos se destinam a uma enfermaria especializada para pacientes submetidos a cirurgias cardíacas e pulmonares (20 leitos), uma enfermaria de ginecologia (20) e uma unidade de terapia intensiva, com sete leitos. Na mesma oportunidade, foi aberto também um novo necrotério.

Essas realizações fazem parte de um plano da Universidade em conjunto com o Governo do Estado — de implantar um total de cem novos leitos no HC, o que vai caracterizar Botucatu como um moderno complexo hospitalar. Para isso, já foram consumidos R\$ 1,3 milhões e a Secretaria do Planejamento está analisando uma suplementação ainda para este ano.

O Hospital das Clínicas da UNESP atende basicamente pacientes das regiões do rio Paranapanema e do Vale do Ribeira, que são as mais carentes do Estado. Atende também pessoas do Norte do Paraná e Sul do Mato Grosso do Sul.

Simpósios deixam saldo positivo

Primeira oportunidade de um grande encontro entre docentes da mesma área — o que ao menos possibilita o conhecimento do que está sendo feito pelos colegas — e afirmação de que as reuniões devem voltar a se realizar, de preferência periodicamente — o que viabiliza o surgimento de trabalhos em conjunto.

Esta opinião, predominante nos dois primeiros simpósios sobre a produção científica na UNESP (Ciências Humanas e Ciências Exatas e Tecnologia), voltou a ser verificada nos encontros de docentes realizados em outubro: Ciências Biológicas, de 8 a 10, em Rio Claro, e Letras e Artes, de 15 a 18, em Assis. E ela conta com o aval da Reitoria, já que, entre outros resultados positivos, representa que a UNESP começa a superar dificuldades históricas e geográficas de ser um aglomerado de ex-Institutos espalhados por catorze cidades do interior. Mais que isso, começa também a ser palco de uma vivência plenamente universitária, ou melhor, de uma universidade que começa a encontrar o seu caminho.

SISTEMA

"O simpósio é um espaço conquistado e deve ser realizado novamente; dele poderá surgir uma estrutura que vai gerar outras situações para os pesquisadores da UNESP". A afirmação é do professor Carlos Erivany Fantinati, de Literatura Brasileira (campus de Assis), que faz uma analogia entre o que o simpósio pode provocar em termos de trabalhos conjuntos de docentes de diferentes unidades com a construção de uma teia.

Ao observar que "tivemos oportunidade, pela primeira vez em dez anos de Universidade, de saber das pesquisas que os colegas estão fazendo e até mesmo dos esboços de pesquisas que ainda serão iniciadas", Fantinati dá o exemplo de um trabalho "que era uma idéia antiga" e agora poderá se realizar: a criação de um grupo inter-unidades para discutir o currículo de Letras da UNESP. "Aceitando a diversidade, a UNESP deve criar um mecanismo de articulação, ou seja, criar seu sistema Universitário".

OPOSTOS

Outro dado presente nos simpósios é que a Universidade está começando a se conhecer. Um levantamento feito junto aos docentes que participaram do encontro de Assis mostra que num conjunto de treze campos de pesquisa em Literatura, a preferência maior é para a Brasileira (22,22%), seguida de perto por Li-



Professores de Letras e Artes reunidos no simpósio de Assis, avaliaram suas áreas.

teratura Comparada (19,75%) e Teoria Literária (17,28%). Os demais campos variam de dez a dois por cento. Em Estudos Linguísticos também existe a mesma concentração de preferências em alguns campos e poucos trabalhos na maioria.

Já em Ciências Biológicas o comportamento é outro, segundo informação do professor Luiz Antônio Toledo, do IBBMA-Botucatu, que trabalhou na organização do simpósio de sua área: "As pesquisas são muito diversificadas, tanto quanto à abordagem como ao material biológico utilizado, fazendo com que exista um número reduzido de pesquisadores trabalhando num determinado assunto".

Outro dado revelado no simpósio de Ciências Biológicas é que a maioria das linhas de pesquisa ainda busca resolver

questões básicas. E embora estes trabalhos sirvam para aprofundar os diferentes campos de estudo, os pesquisadores acreditam que "deve e pode existir maior sofisticação técnica e metodológica nas abordagens", segundo afirmou o professor Luiz Antônio Toledo.

Depois de apontar alguns fatores que contribuem para essa situação — que vão desde a dificuldade de importação de equipamentos e drogas até a sobrecarga de trabalhos dos docentes em tarefas administrativas, de docência e pesquisa — os participantes do simpósio fizeram algumas propostas para melhorar as condições de investigação: contratação de técnicos de alto grau de capacitação, criação de oficinas para reparo e construção de aparelhos, possibilitar e agilizar a aquisição de equipamentos e criação de uma fundação de pesquisa na UNESP, entre outras.

Chega a vez da área da Saúde

O quinto Simpósio sobre a produção científica na UNESP será sobre as Ciências da Saúde, de 5 a 8 de novembro, na Faculdade de Odontologia — campus de Araçatuba.

Nos dias 6 e 7 à noite, no Teatro Municipal, estão programadas respectivamente, as conferências "Contribuição da FAPESP e da UNESP na área de Saúde no Estado de São Paulo", pelo professor e diretor da ICB-USP e da FAPESP, Flávio Fava de Moraes, e "A Política de

Saúde no Brasil", pelo professor Eugênio Villaga, consultor da Organização Panamericana de Saúde-Brasília. No dia 7, pela manhã e à tarde, haverá apresentação das linhas de pesquisa, e no dia 8, reunião plenária com avaliações e conclusões dos grupos, sendo ambas as programações na Faculdade.

O último simpósio, sobre Ciências Agrárias e Veterinárias, será em Ilha Solteira, de 8 a 11 de dezembro.

Iniciados os cursos de irrigação

Os departamentos de Engenharia Rural da Faculdade de Ciências Agrônômicas (FCA) — campus de Botucatu, e da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV) — campus de Jaboticabal, iniciam neste mês os cursos de extensão que fazem parte do convênio assinado entre a Universidade e o Ministério da Irrigação.

"Noções básicas de agricultura irrigada" é o tema do primeiro curso, a ser desenvolvido nas duas unidades, com carga de 160 horas. Na FCAV, com coordenação do professor Jairo Augusto Campus de Araújo, as aulas vão de 3 a 28 de novembro; na FCA, de 3 de

novembro a 3 de dezembro. Está programado, também na FCA, no período de 4 de dezembro a 6 de março, um curso técnico de irrigação, de 360 horas, que, como o outro, terá a coordenação do professor Antônio Evaldo Klar.

Os cursos são destinados a engenheiros agrônomos e civis e a técnicos agrícolas com um mínimo de dois anos de experiência. Há possibilidade de concessão de bolsas de estudo.

À DISTÂNCIA

A FCA vai monitorar, no início do ano que vem, um curso à distância sobre irrigação e drenagem. Patrocinado pela Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior, ele poderá ser acompanhado de qualquer lugar do Brasil.



O objetivo do PNI é irrigar até 1990 cinco milhões de hectares em todo o país.

Biblioteca circulante – BICA estimula a leitura infantil



Depois de muita brincadeira, as crianças levam um livro da BICA para casa

Desenvolver o interesse pelo livro e apresentar a leitura como uma atividade agradável e simpática. É a tarefa que a Biblioteca Infantil Circulante de Assis — BICA, vem realizando há dois anos através de um projeto de iniciativa da Prefeitura local, mas cuja realização é de responsabilidade da professora Maria Alice de Oliveira Faria, do Departamento de Literatura do Instituto de Letras, História e Psicologia (ILHP) campus de Assis, e de três dedicados alunos do 3º ano do curso de Letras, que participam voluntariamente.

A BICA “é uma biblioteca diferente das outras, pois é ela que vai até você”; com esse “slogan” e com uma pirua Kombi, a biblioteca infantil é levada todos os domingos a um bairro da cidade. Além de emprestar livros por uma semana, os animadores realizam uma série de brincadeiras recreativas para incentivar a leitura e facilitar a sua assimilação.

A professora Maria Alice, que ministra o curso de graduação em Literatura Infantil no ILHP desde 82, diz

que “os professores, na sua maioria, não sabem lidar com o livro infantil; e a BICA é uma maneira do aluno de 1º grau aprender sobre o livro que leu sem que exista cobrança escolar tradicional”.

DIFICULDADES

O acervo da BICA atualmente é de 150 livros infanto-juvenis, mais voltados para a ficção, “mas o ideal seriam pelo menos 500 livros, ou conseguir reunir de imediato dez exemplares de um mesmo título para podermos distribuir na hora de contar a história, para que as crianças acompanhem melhor a leitura”, afirma a professora Maria Alice, que já está com um projeto pronto para entregar ao MEC, visando a ampliação da BICA.

A divulgação da biblioteca é feita através de filipetas, ou mesmo batendo de casa em casa; segundo a professora Maria Alice, “chegam a ser em média, trinta crianças por domingo”.

Círculos de cultura substituem MOBREAL

Como proposta alternativa para o problema do analfabetismo, o Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais (IPEA) — campus de Presidente Prudente, deverá instalar em breve em suas dependências, um círculo de cultura para, em convênio com a Secretaria de Educação do Município, atender funcionários da instituição e moradores vizinhos do campus.

Desde a extinção do MOBREAL, o Departamento de Educação do IPEA foi solicitado por um grupo de pessoas ligadas a Secretaria da Educação à escola pública de 1º e 2º graus, à associação de bairro e ao próprio MOBREAL, para organizar e acompanhar um programa de estudos voltados para o problema da educação de adultos.

A partir daí, foi implantado o Projeto da Educação de Adultos que já conta com 13 círculos de cultura na cidade, com fundamentação filosófica e metodológica na concepção do pedagogo Paulo Freire. Os animadores dos círculos são professores contratados pelo município e alunos do curso de geografia do IPEA.

Publicado o folhetim das aventuras

Divulgar alterações que os docentes introduziram em qualquer curso de graduação para melhorá-lo, citando diretamente o que foi feito, como foi feito e que resultado deu, de modo claro e conciso. É o principal objetivo do folhetim “Aventuras na sala de aula”, publicado recentemente por um grupo de professores da UNESP interessado em discutir o ensino na graduação. Já foi publicado o número zero, em caráter experimental, e está sendo preparada a primeira edição.

No número zero, em que são mostradas sete “aventuras”, o grupo definiu as “normas de ação, como meio simples e eficaz de apoiar os docentes da UNESP em seu esforço de elevar o nível de ensino”. Entre elas, a de “não tratar de pesquisas educacionais, que exigem metodologia refinada, grupo controle e análise estatística para validar as estratégias em teste; e sim, simplesmente, de medidas tendentes a melhorar o curso, sob algum aspecto, por meio de estratégias já conhecidas ou novas”.

Críticas ao paternalismo

A partir de uma perspectiva dialética, o professor do curso de Odontologia na UFMG, Renato Quintino dos Santos, estruturou seu livro “Educação e Extensão — Domesticar ou Libertar” (Ed. Vozes, 70 págs. 30 cruza-dos) para analisar a contradição entre a Educação/Extensão para domesticação dos homens X Educação/Extensão para sua libertação. Pós-graduado em Saúde Pública e em Educação e ex-Pró-Reitor de Extensão da UFMG, o autor conceitua educação como sendo a “bancária”, em que o educador-pai se situa como indivíduo que “deposita” seu conhecimento; ou seja a educação domesticadora que representa um instrumento de alienação — omissão e de sectarização. E por outro lado a educação problematizadora, ou

aquela que implica num verdadeiro pensar crítico, centrado na descoberta, na análise, e transformadora da realidade. Com críticas às propostas de extensão universitária de grande porte como o Projeto Rondon e os Campi avançados, à departamentalização da Universidade e a matrícula por disciplina, o autor considera que este enfoque invasor cultural-assistencialista da extensão serviu tão somente para pulverizar movimentos estudantis e para manter as populações “agradecidas” pela assistência dada. E ainda propõe que se repense o problema do estágio, apontando que o verdadeiro processo de educação-aprendizagem é um ato contínuo de perplexidade diante do novo, da descoberta (Antonio C.P. de Carvalho, FO Araçatuba).

Próximo do jornalismo

Em decisão tomada pela congregação da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV) — campus de Jaboticabal, foi criado o Boletim “Ciências Agronômicas” um veículo de publicação de resultados de pesquisa científica.

Segundo a Comissão Editorial, esta idéia tomou como modelo o boletim “Iowa Seed Science”, da Iowa State University, que publica dados de pesquisa de uma forma mais dinâmica. Da mesma maneira, pretende-se expor os artigos científicos com uma redação parecida com a notícia de jornal, ou seja, uma linguagem viva, com grande objetividade, muita economia de espaço sem, contudo, sacrificar as partes mais

importantes do trabalho, que poderá ser ilustrado com quadros e gráficos.

O regulamento aprovado pela congregação, pelo qual se criou esse boletim, é bastante liberal, pois a pesquisa pode ser inédita como já ter sido publicada em outra revista na forma tradicional.

A periodicidade do boletim ainda não está definida, na espera de que se intensifique a procura dos docentes em publicar suas pesquisas. A tiragem do primeiro número foi de 500 exemplares, sendo que 100 foram enviados à países de língua luso-espanhola, de onde a comissão já recebeu cartas de Luanda, Colômbia e Costa Rica, parabenizando a iniciativa.

Reforço à reciclagem

O Departamento de História Social, Política e Economia da FHDSS, campus de Franca, estimulado pela receptividade dos cursos de reciclagem dados por seus docentes aos professores de 1º e 2º graus através do convênio UNESP/Cenp, editou, em forma de livro, os textos referentes aos temas abordados nos cursos.

Trata-se da série História-Ensino, confeccionada na gráfica da Faculdade, que elaborou um livro para cada um dos cursos, distribuídos aos professores-alunos no início das aulas como material de apoio ao aprendizado.

A professora Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci, chefe do Departamento, afirmou que, além dos livros servirem como orientação para os professores, “pode-se verificar uma perspectiva ainda maior, ou seja, a extensão de serviços à comunidade”.

A série História-Ensino já conta com nove livros editados, variando os números de páginas de 60 a 150, e o Centro de Apoio ao Ensino da História, aceita pedidos pelo reembolso postal. (Caixa postal — 211, Cep — 14.400 — Franca).

LANÇAMENTO DE DOCENTE

ORTODONTIA — NOÇÕES FUNDAMENTAIS (Editora Santos, 222 páginas, Cz\$ 150,00), de Carlos Augusto Aranha N. Galvão, docente do Departamento de Ortodontia — Campus de Araçatuba.

O livro, lançado agora em segunda edição, expõe, de maneira clara, os principais conceitos atuais, dando ao leitor uma visão ampla das bases que necessita para a prática clínica.

Destinado principalmente àqueles que se iniciam na especialidade ortodôntica, aos alunos do curso de graduação em odontologia e também aos clínicos, essa publicação vem sendo adotada na maioria das faculdades da área em todo o país.



Evitar as pragas, sem excesso de agrotóxicos

Reduzir o uso de inseticida químico, deixando que as próprias pragas cuidem do equilíbrio biológico — o que traz resultados positivos para o meio ambiente e para a economia através do aumento da produção agrícola.

O resultado dessa equação vem sendo trabalhado pelo professor Santin Gravena, do Departamento de Entomologia e Nematologia da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias (FCAV) — campus da UNESP de Jaboticabal. Ele criou recentemente o Centro Integrado Manejo de Pragas — único no Estado de São Paulo —, com os objetivos de desenvolver pesquisas e transferir conhecimentos a agricultores a respeito das vantagens da substituição do agrotóxico para matar pragas pela própria destruição das pragas por seus inimigos naturais.

Desde o início da década Santin Gravena vem promovendo reuniões, cursos e palestras junto a agricultores, agrônomos e técnicos para mostrar a existência de um princípio elementar da natureza: se existem pragas, existem também os seus inimigos. Mas como as destruidoras levam algumas vantagens em relação às predadoras, adquiriu-se o hábito de uso indiscriminado de agrotóxicos, com resultados dúbios: mata-se as pragas que destroem as plantações mas morrem também as predadoras.

A primeira preocupação do professor Santin é mudar essa correlação de força suicida, mostrando que, se o equilíbrio biológico não é o bastante os predadores pelo menos têm um papel importante a cumprir no combate a seus inimigos naturais, e o agrotóxico entra como reforço. Algo semelhante a um juiz que, ao invés de expulsar os 22 jogadores de campo para evitar que seu time perca, resolve dar uma ajuda nos lances e momentos decisivos.

“Apenas o controle natural não é suficiente para o controle total das pragas — explica Santin Gravena. Há necessidade de se usar o agrotóxico mas com muito critério e ainda vistoriar o campo periodicamente”. O manejo integrado exige o domínio de técnicas e o conhecimento de informações sobre as pragas e seus inimigos naturais, para se saber a hora certa da aplicação do inseticida ou defensivo adequado e em quantidades certas. Santin Gravena observa que “trata-se de uma nova tecnologia, o que implica em constantes estudos através de pesquisas e treinamentos para agricultores e técnicos”.

No campo, se faz a contagem das pragas, cujos dados são anotados em fichas que indicam o momento correto da aplicação de agrotóxico, isto é, quando há um descontrole biológico e a cultura



O professor Santin Gravena fotografou um lavro do predador sirfideo atacando pulgões.

passa a apresentar riscos de perdas na colheita.

MAIOR PRODUÇÃO

Por ora, o CEMIP está implantando o sistema nas culturas de algodão, citros, soja, café e tomate, todas com resultados positivos. As próximas serão amendoim e hortaliças.

Em 1982, sete propriedades agrícolas começaram a participar do projeto em culturas de algodão que, naquele mesmo ano, ao invés de serem pulverizadas seis vezes com agrotóxico, receberam apenas duas aplicações. Os gastos caíram de Cr\$ 49 mil para Cr\$ 17 mil o hectare e a produção subiu de 102 para 173 arrobas nessa mesma área. Ou seja, 66% a menos nos custos e 41% a mais na produção.

O professor Santin Gravena calcula que se todos os produtores de algodão de São Paulo (são 312 mil hectares ao todo) resolvessem utilizar o manejo integrado de pragas, haveria uma economia na compra de agrotóxicos em torno de Cz\$ 215 milhões. Os gastos são hoje de Cz\$ 338 milhões mas apenas 77 proprie-

dades adotaram o sistema.

A cada ano, no entanto, esse número vem aumentando: saltou de sete no ano agrícola 82—83 para 17 em 83-84. Em 84-85 subiu para 47 e agora somam 77 propriedades.

E não é somente o produtor agrícola que sai lucrando. Com o manejo integrado, o consumidor deixa de ingerir inseticida químico, via, por exemplo, tomate — uma das culturas que mais agrotóxico recebe. Santin pesquisou um campo de tomate e é assustador o número de aplicações de agrotóxico: trinta num período de 150 dias. Quer dizer, a cada cinco dias a plantação recebe uma carga de inseticidas e fungicidas. Nas áreas em que vem trabalhando, o professor conseguiu reduzir para seis o número de pulverizações.

“A grande preocupação do CEMIP — comenta Santin Gravena — é com as culturas de largo uso popular; o objetivo é tornar o alimento mais apropriado para o consumo”.

MEIO AMBIENTE

Na região de Ribeirão Preto, onde

existem os maiores pomares do país, Santin começou a utilizar o manejo integrado de pragas há dois anos em laranjais. As primeiras informações apontam uma queda de cinquenta por cento na utilização do agrotóxico. E o que é igualmente importante: ajuda a preservar a apicultura. Sem abelhas, a citricultura é prejudicada, pois a polinização ajuda no processo de formação dos frutos.

Nos laranjais, o manejo integrado promove a batalha do ácaro predador contra os ácaros de ferrugem e ácaros da leprose; das joaninhas contra as cochonilhas e a mosca branca; alguns parasitos e doenças benéficas atuam contra a cochonilha, mosca branca, ácaros de ferrugem etc.

“Com a atividade do inimigo natural preservada — finaliza Santin —, são incalculáveis os benefícios para a preservação do meio ambiente, para a procriação de aves e peixes, para a diminuição da poluição dos rios e represas. E também para o fornecimento de alimentos mais apropriados para o consumo das pessoas, mais apropriados para a vida”.

Rio Preto tem novo centro de estudos

Os alunos dos cursos de licenciatura e bacharelado em Matemática do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE) — campus de São José do Rio Preto, organizaram o Centro de Estudos de Matemática. Com o apoio do Diretório Acadêmico “Filosofia”, do Departamento de Álgebra, Cálculo e Geometria e do Departamento de Análise Numérica e Estatística, o Centro está promovendo, semanalmente, o “Ciclo de Palestras de Matemática”, com o objetivo de

reunir alunos e professores para a discussão de problemas da área.

Um concurso para resgatar a história

O Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM), vinculado à Secretaria do Interior, está promovendo o concurso “Conte a história de sua cidade” através de três modalidades: monografias, programa radiofônico e sequência fotográfica, e que deverão ser entregues até às 18 horas do dia 12 de dezembro próximo.

O concurso abrange todos os municípios do Estado de São Paulo exceto a Capital. Aos participantes serão conferidos três prêmios para cada modalidade: 1º lugar — Cz\$ 8.000; 2º — 5.000 e 3º 3.000. Os regulamentos podem ser retirados na Prefeitura e Câmara Municipal de sua cidade.

CAC envia formulário para as unidades

A Comissão de Atividades Culturais (CAC), encaminhou aos diretores das unidades um formulário para solicitação de recur-

sos, onde deverá ser especificado os dados e objetivos sobre o evento cultural que se deseja realizar.

Os Diretórios Acadêmicos, Departamentos, Centros de Estudos e Associações de todas as unidades têm um prazo estabelecido pela CAC para encaminharem seus projetos. Os formulários com atividades previstas para o primeiro semestre de 87, deverão ser entregues até 30 de novembro próximo; e as atividades para o segundo semestre, até 31 de março.

A CAC, neste ano, repassou um total de Cz\$ 373.129,00 às unidades, para a realização de várias atividades culturais.